

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 55
JUN/JUL 2018

#446

AS AMEAÇAS DO
DISCURSO NACIONALISTA

AGRONEGÓCIO: O
MOTOR DA ECONOMIA

DANIEL BUARQUE, DE LONDRES

Espelho, espelho meu

Por que o Brasil se preocupa tanto
com a própria imagem no exterior?

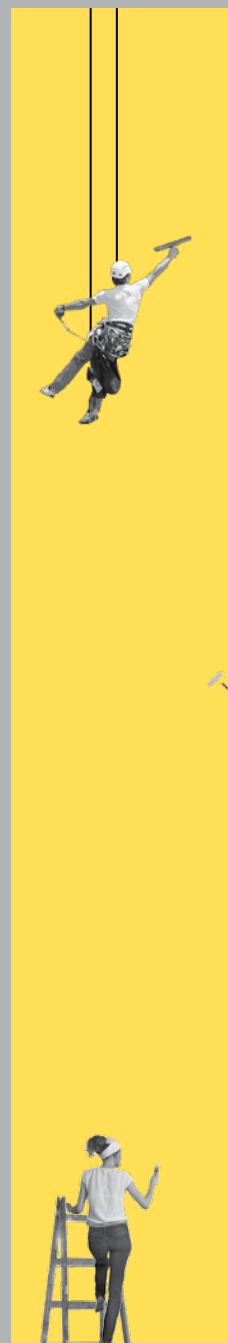
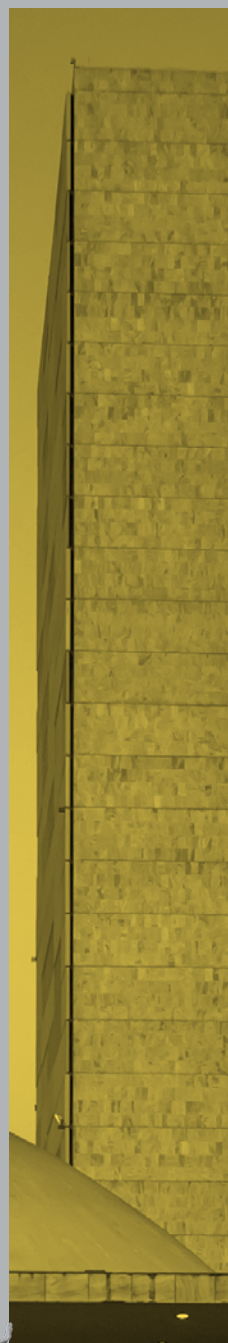
ENTREVISTA

Marcos de Azambuja

“Um surto de desenvolvimento costuma
vir acompanhado de imensa corrupção.”

É possível restaurar a política?

MOVIMENTOS FORMADOS POR
NOVAS LIDERANÇAS INCENTIVAM
O ENGAJAMENTO NA VIDA PÚBLICA



R\$9,90



COM A
QUALICORP
VOCÊ

PO:DE

Empregador do Comércio: graças à parceria da Qualicorp com a FECOMERCIO-SP e outras 565 entidades de classe, você pode escolher um plano de saúde ideal para as suas necessidades.

Planos de saúde a partir de

R\$ 218¹



OS MELHORES HOSPITAIS E LABORATÓRIOS²



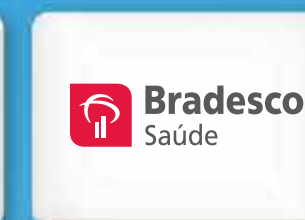
LIVRE ESCOLHA COM REEMBOLSO²



SEGURO VIAGEM²



CARÊNCIAS REDUZIDAS²



CONFIRA AS VANTAGENS E ESCOLHA SEU PLANO AGORA.

0800 799 3003
qualicorp.com.br/anuncio



Qualicorp
Sempre do seu lado.

FECOMERCIO SP

PRESIDENTE **Abram Szajman**

SUPERINTENDENTE **Antonio Carlos Borges**

Todos os direitos patrimoniais relativos ao conteúdo desta obra são de propriedade exclusiva da FecomercioSP, nos termos da Lei n.º 9.610/98 e demais disposições legais aplicáveis à espécie. A reprodução total ou parcial é proibida sem autorização.

TUTU

www.agenciaturu.com.br

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE CONTEÚDO **André Rocha**

GERENTE DE CONTEÚDO **Fernando Sacco**

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Lucas Mota MTB 46.597/SP

EDITORA-ASSISTENTE **Iracly Paulina**

REPÓRTER **Filipe Lopes**

FOTOS **Christian Parente e Folha Press**

ESTAGIÁRIA **Priscila Oliveira**

REVISÃO **Flávia Marques**

DIRETORES DE ARTE **Clara Voegeli e Demian Russo**

EDITORA DE ARTE **Carolina Lusser**

DESIGNERS **Lais Brevilheri, Paula Seco e Cintia Funchal**

ASSISTENTES DE ARTE **Tiago Araujo e Pedro Silvério**

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

Daniel Buarque, Fabiola Perez, Filipe Lopes, Guilherme Meirelles, Herbert Carvalho, Humberto Dantas, Jaime Spitzcovsky, Juliano Dip, Marco Chiaretti, Mônica Sodré, Paulo Delgado e Vinicius Pereira

FALE COM A GENTE publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO **Pigma**

PUBLICIDADE **Lemidia** | Tel.: (11) 3078.5840
atendimento@lemidia.com

DISTRIBUIÇÃO EM BANCAS E REDES DE LIVRARIAS

Total Publicações (Grupo Abril)

Edicase Gestão de Negócios

Senac | Sesc | F&CSP

AQUI TEM A FORÇA DO COMÉRCIO



PB | #446

Um olhar crítico

Em circulação desde 1963, **Problemas Brasileiros** reflete as transformações e os desafios do País. Por meio de reportagens, entrevistas e artigos com respeitadas nomes de variados setores, a revista estimula e contribui para o debate de assuntos de interesse nacional. Em um período de crise da democracia representativa, retratamos nesta edição iniciativas que estão tentando reinventar o jeito de fazer política no Brasil. O pano de fundo é uma sociedade cada vez mais diversificada, que clama pelo fim da corrupção e por líderes que representem de fato seus anseios.

QUER FALAR COM OS
MELHORES DA SALA
DE AULA?
ASSINE A LISTA
DE PRESENÇA.

ENSINO INTEGRAL? PRESENTE. ESTRUTURA DAS ESCOLAS?
PRESENTE. ALUNOS COM DEFICIÊNCIA? PRESENTE.
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DIRETORES? PRESENTE.
CIÊNCIAS? PRESENTE. EMPREENDEDORISMO NA SALA DE
AULA? PRESENTE. EDUCAÇÃO SEXUAL? PRESENTE.

Estamos preparando uma edição especial da **PROBLEMAS BRASILEIROS** que abordará temas essenciais da educação no País. A revista será publicada no bimestre de outubro e novembro e vai reunir jornalistas especializados e entrevistados que são formadores de opinião na área. O período da veiculação e a pauta são muito interessantes para você anunciar e falar com um público altamente qualificado e atuante no segmento.

Serão 15 mil e 500 exemplares, distribuídos nas principais bancas e livrarias. Ou seja, uma oportunidade imperdível para você marcar presença e dar uma aula sobre o seu produto.

PARA ANUNCIAR, FALE COM A GENTE.

(11) 3078.5840 | atendimento@lemidia.com

PB
EDIÇÃO ESPECIAL
EDUCAÇÃO

TUTU

- 8 **Capa**
NOVOS MOVIMENTOS QUEREM INOVAR
A FORMA DE FAZER POLÍTICA
- 14 **Política**
COMO SURGIRAM OS IDEAIS NACIONALISTAS
- 20 **Entrevista**
OS VALORES DO BRASILEIRO,
POR GUILHERME MARBACK
- 29 **Economia**
UM GIGANTE CHAMADO AGRONEGÓCIO
- 36 **Estados Brasileiros**
MINAS GERAIS: CONTAS DESEQUILBRADAS
- 42 **Artigo**
A NOVA DEMOCRACIA,
POR MÔNICA SODRÉ
- 44 **Internacional**
POR QUE DESEJAMOS SABER O QUE IMPRENSA
ESTRANGEIRA PENSA SOBRE NÓS?
- 48 **7 perguntas**
DIPLOMATA MARCOS DE AZAMBUJA
ANALISA O BRASIL PERANTE O MUNDO
- 50 **Literatura**
CARTAS BRASILEIRAS NOS CONVIDAM
A UM PASSEIO NA HISTÓRIA
- 54 **Brasil que faz**
ENTIDADES NO VÁCUO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS
- 60 **Artigo**
POR PAULO DELGADO
- 61 **Biblioteca**
"AUTOBIOGRAFIA, UMA VIDA
POLÍTICA" – NORBERTO BOBBIO
- 62 **Cultura**
ALAÍDE COSTA, ANGELA MARIA E CLAUDETTE SOARES CANTAM A VIDA
- 66 **Grande Angular**
JORNADAS DE JUNHO: O DESPERTAR DE UMA GERAÇÃO

TODOS PRECISAMOS DE POLÍTICA

O distanciamento entre a classe política e o Brasil real das ruas atingiu o seu limite com consequências drásticas à qualidade da democracia. Com isso, as instituições perderam credibilidade perante o cidadão comum, que deixou de ver a vida pública como o meio para resolver os problemas do cotidiano.

Esse cenário negativo permeado por sinais de intolerância e ódio, por outro lado, disparou um processo de mudança no entendimento sobre como e por que fazer política. Lideranças de diversos segmentos da sociedade entenderam que negar a política não é a saída. Tirar o Brasil de um pessimismo improdutivo requer cidadania na sua forma mais pura. É preciso participação e aferição de resultados.

A matéria de capa desta edição detalha como estão agindo os novos movimentos interessados em "oxigenar" o ambiente político brasileiro. Anima-nos saber que há gente engajada em monitorar partidos e governos e capacitar novos líderes – embora o País tenha traços histórico-geográficos e leis que não favoreçam a renovação. Nas eleições que se aproximam, essas iniciativas terão papel indispensável ao lançar candidatos desprendidos da ordem tradicional de poder.

Este número de **Problemas Brasileiros** traz rico conteúdo sobre o momento em que vivemos. O economista Guilherme Marback comenta os resultados de uma pesquisa que investigou quais valores o brasileiro considera importantes em si mesmo e na sociedade. A ânsia pela boa imagem no exterior é o tema do texto assinado pelo repórter Daniel Buarque. Na esfera internacional, discutimos como o mundo está reagindo ao acirramento de ideais nacionalistas que desencadearam na eleição de Donald Trump e no Brexit. O diplomata Marcos de Azambuja analisa o alcance de nossa política externa ao longo dos anos. Temos também matéria que mostra entidades ocupando lacunas deixadas pelo Estado na oferta de serviços à população, a exemplo do Sesc-SP.

Estamos em meio a uma transformação irreversível capitaneada por uma juventude mais ligada à ideia de compartilhar do que individualizar seus anseios e frustrações. E só teremos o Brasil que tanto sonhamos se ao menos ouvirmos a voz dessas novas gerações. Afinal, será para elas e para seus filhos o Brasil que queremos reformar.

ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



VONTADE DE MUDAR

Novos movimentos políticos de diferentes vertentes vêm buscando espaço no debate público. Eles cobram mais transparência nos partidos, dedicam-se a formar líderes, atuam em conjunto com o Congresso por projetos de interesse popular e buscam reaproximar o cidadão comum do processo de decisões que afetam sua vida. Ao que tudo indica, essa nova geração quer mudanças na forma de fazer política.

texto FABÍOLA PEREZ | ilustração PEDRO SILVÉRIO

U

Uma população que não espere do Estado, tampouco dos políticos e ou da economia, a solução para seus problemas. Uma sociedade que seja capaz de se engajar para construir alternativas às demandas do dia a dia e de fortalecer a democracia. Esses são alguns dos objetivos dos novos movimentos que estão buscando oxigenar o conceito de fazer política. “Mais do que uma insatisfação com a política institucional, os novos movimentos são fruto de um entendimento comum de que algo precisa ser feito, e nós não podemos ficar esperando”, afirma o cientista político e articulador de diversos movimentos Ricardo Borges Martins. “As democracias contemporâneas têm criado uma saudável aversão à manutenção de uma mesma elite no poder. O que há de novo é o desejo por uma maior participação nas tomadas de decisão, acompanhada de novas ferramentas que nos permitam ultrapassar as velhas barreiras da ação coletiva”, diz.

Um levantamento do Instituto Update, realizado em 2015, mapeou cerca de 700 iniciativas políticas no Brasil e na América Latina. “O que vemos no País é a cidadania despontando em um caminho sem volta”, afirma a cofundadora do Update, Beatriz Pedreira. “Estão surgindo outros atores políticos dos coletivos, das periferias, dos movimentos de renovação e uma classe média que deseja atuar de forma mais decisiva”, diz. Se antes a atuação política era concentrada em organizações não governamentais e setores específicos da sociedade, hoje

se vê maior envolvimento por meio de novas formas de participação. “É necessário entender a complexidade do Brasil e a pluralidade de vozes”, afirma Beatriz. Nesse contexto, nascem movimentos de diferentes bandeiras e linguagens. Esses movimentos eclodiram, segundo ela, de um cenário de insatisfação, que se tornou mais evidente a partir dos protestos de junho de 2013, estimulando diversos tipos de manifestações.

Diante de um sistema político estagnado que não respondia mais aos anseios de cidadania, tornou-se recorrente a expressão “Não me representa”. “As pessoas passaram a entender que para mudar a política é preciso estar dentro dela”, diz Beatriz. “Temos de ocupar os partidos e criar novas instituições ligadas aos movimentos de cidadania, que estejam acompanhando a gênese desse processo.” Embora hoje, no Brasil, criar um partido político e disputar eleições não seja uma tarefa simples, segundo a fundadora do Update, o exercício de pensar quais seriam as características desses partidos já é fundamental. “Por enquanto, é preciso ocupar os já existentes, apesar de a maioria dos partidos brasileiros preservar uma estrutura hierárquica e oligárquica que dificulta o processo de renovação”, ressalta.

No espectro da renovação, as iniciativas são muitas. Alguns deles, como a Bancada Ativista e o Muitxs, de Belo Horizonte, em Minas Gerais, têm a proposta de inovar no formato de disputa das eleições. A ideia é apostar em linha pedagógica e linguagem lúdica para emplacar candidatos no Legislativo. Outros, como a Transparência Partidária, cobram a prestação de contas dos partidos. Há também uma linha que busca resgatar a política em suas definições elementares, promovendo rodas de conversas e oficinas presenciais, como a Virada Política e o Nova Democracia. Pensando em novos líderes políticos, o movimento Acredito estimula a formação de representantes cívicos que tenham a pretensão de se candidatar para o Congresso e as assembleias legislativas. Existem também movimentos e partidos das periferias, como o Voto Consciente e o Frente Favela Brasil, que lutam pelos direitos de moradores de comunidades menos assistidas e da população negra.

ENGAJAMENTO

O encontro Virada Política viu seu movimento triplicar de 2016 para 2017, passando a receber 60 grupos de inovação e incidência política. Curiosamente, um dos debates que mais reuniu interessados abordou os novos movimentos eleitorais. “Há uma esperança de que novas gerações possam trazer avanços para nossas instituições”, destaca uma das organizadoras, Maísa Diniz. A resistência do *establishment* político ao diálogo com esses novos personagens não tardou a aparecer. Em outubro de 2017, dos 55 vereadores convidados para o “Flertaço com os Vereadores”, apenas nove compareceram para explicar o papel dos representantes públicos ao cidadão. O movimento suprapartidário espera colaborar com a consciência do eleitorado. “O que queremos é que, independentemente da escolha eleitoral, ela seja feita com o máximo de

“OS MOVIMENTOS DE RENOVAÇÃO NASCEM COMO RESPOSTA A UMA SOCIEDADE CADA VEZ MAIS CONECTADA, COM DINÂMICAS MENOS DEPENDENTES DAS ESTRUTURAS TRADICIONAIS DE PODER E COM UMA DEMANDA UNIVERSAL POR ABERTURA E TRANSPARÊNCIA.”

RICARDO BORGES MARTINS, cientista político
e articulador de movimentos de renovação

discernimento e informação possível e que possamos preservar o sistema democrático”, afirma Maísa.

Uma das diferenças percebidas desde os primeiros encontros é o foco das organizações. No início, a maior parte se dedicava à incidência política de maneira independente das instituições. “O que temos visto agora é o aumento do número de pessoas interessadas em se candidatar ou trabalhar em candidaturas, pensar em novos formatos de mandatos legislativos e criar ferramentas de controle e transparência de dados públicos”, conta Maísa. Com o aumento do interesse, os organizadores da Virada criaram os chamados “aulões”, atividades para explicar conceitos-chave da política de forma simples. O coletivo criou também indicadores de pluralidade dos temas dos encontros e do público presente, como gênero, raça, orientação sexual, classe social, ideologia e geração.

O debate sobre política começa a ter novo sentido também na periferia do País. Exponente disso é o Frente Favela Brasil, um partido já registrado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em fase de coleta de assinaturas para obter a legenda. Nascido em 2016, tem 93 membros filiados que se distribuíram em pelo menos cinco outros partidos. “Nossas pautas estão ligadas à melhoria da vida das pessoas que sofrem com as consequências de uma economia estagnada e sem oportunidades de emprego e renda”, afirma o copresidente, Derson Maia. Ele explica que a ideia é incentivar o empreendedoris-

mo de impacto social, valorizar os espaços criativos na periferia e criar um ambiente de oportunidades que acelere o protagonismo negro e periférico na economia. Outra iniciativa que quer estimular esse engajamento é a ONG Voto Consciente. De acordo com a vice-diretora da ONG, Rosângela Torrezan Giembinsky, a participação política na periferia está relacionada a movimentos de grupos de interesses em temas específicos dentro das comunidades. E, segundo ela, eles estão sujeitos à influência de líderes políticos e interesses partidários já existentes. “Hoje, acredita-se mais na organização de grupos para a conquista de direitos nas comunidades”, analisa.

Segundo Rosângela, uma das razões por trás desse distanciamento da política institucional é a falta de representatividade. “Em torno de 87% da população não se sentem representados e acreditam que os governantes administram para si próprios e pelo interesse de grandes grupos.” Novas lideranças mostram, porém, que é possível modificar essa narrativa. A vereadora do PSOL Marielle Franco, assassinada em março deste ano, é citada por diferentes lideranças como uma representante da política institucional que tentava atuar de forma diferenciada. “É preciso tentar colocar o cidadão como uma parte ativa e reencantá-lo. O desafio é romper a bolha acadêmica e se comunicar com as bases”, pontua a doutora em Ciências Sociais e pesquisadora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Esther Solano. “Atualmente, existem



A vivência de dez anos à frente de um projeto de iniciação política da Fundação Konrad Adenauer, realizado nas periferias de São Paulo, deu origem ao livro *Educação política – sugestões a partir da nossa atuação*, do cientista social Humberto Dantas. Com distribuição gratuita e download disponível na internet, a obra fala sobre os conceitos de ética, democracia e cidadania; sugere dicas de conteúdos digitais sobre o funcionamento das instituições e do sistema eleitoral; e mostra trechos da Constituição de 1988. Com linguagem simplificada, recorre a Platão, Sócrates, Alexis de Tocqueville, Theodor Marshall, Robert Dahl, Montesquieu e outros pensadores para dar exemplos práticos relacionados à educação política.



dois movimentos: uma desconexão entre políticos e cidadãos e uma sociedade civil que vem se organizando muito bem.”

FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS

Se política se faz com discurso, é uma manifestação realmente sintonizada com os anseios das ruas que os movimentos buscam. Com isso, alguns se preparam também para formar lideranças capazes de levar novas ideias à ordem política existente, uma vez que no Brasil as candidaturas independentes ainda não são permitidas. O movimento Acredito se define como um projeto político para os próximos dez anos. Neste ano eleitoral, o grupo vai trabalhar temas como Reforma Política, educação, empreendedorismo, inovação, Reforma da Previdência e segurança. Querem também construir núcleos de atuação regional e formar lideranças e prováveis candidatos. Suprapartidário, o movimento tem alianças com o que acreditam serem partidos abertos à renovação. “Fechamos com esses partidos cartas de compromisso que garantam autonomias política e operacional dentro da estrutura partidária”, afirma um dos integrantes do Acredito, José Frederico Lyra Neto.

O movimento possui mais de 2 mil voluntários em quase 15 Estados. “Parte da crise que vivemos veio por virarmos as costas para a política, e a única forma de enfrentarmos é levando uma nova geração de lideranças para o Congresso.” Formar novos líderes também é o foco da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps). Nascida em 2012, tem atividades para estimular o interesse pela política institucional, entre elas, seminários, cursos de formação, construção coletiva de mandatos, elaboração de propostas, participação em campanhas e troca de experiência entre lideranças com e sem mandato. Além

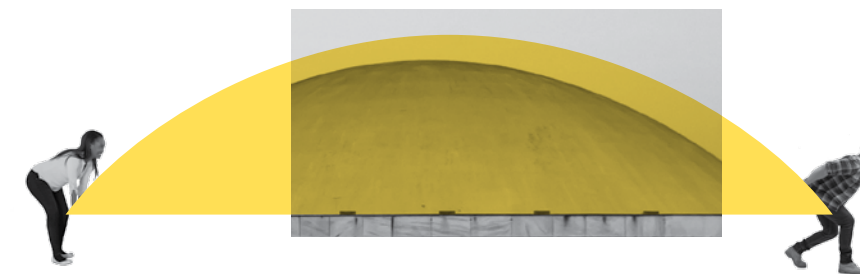
disso, eles monitoram líderes com mandato para verificar se a atuação converge com os princípios estabelecidos pela organização.

OCUPAÇÃO E COBRANÇA DE PARTIDOS

Outro eixo da renovação aborda temas relacionados à Reforma Política e à demanda por transparência nas estruturas políticas. O Nova Democracia, que se define como uma coalizão de cidadãos, grupos e organizações comprometidas com o revigoramento da democracia no País, lançou o Pacto pela Democracia, com propostas para a renovação política como reafirmação de valores democráticos – por exemplo, diálogo, ética, tolerância e respeito às diferenças, práticas eleitorais que garantam eleições limpas em outubro e realização da Reforma Política após a disputa.

Já a Bancada Ativista é um movimento político suprapartidário com a proposta de revigorar os partidos com grande expressividade. Eles argumentam que o Brasil é um país composto em sua maioria por mulheres, pessoas negras, pobres e jovens, enquanto os espaços de poder são ocupados por homens brancos, mais velhos e de alto poder aquisitivo. Composto por cidadãos com atuação em diversas causas, o movimento pretende oxigenar a política institucional com a construção de campanhas e mandatos coletivos com foco em transparência, pedagogia e participação. “Nas eleições de 2018, o voto para a Bancada Ativista não elegerá uma pessoa, mas um grupo”, afirmam integrantes. “Em vez de promover candidaturas individuais, desafiaremos a política tradicional construindo candidaturas coletivas que unirão representantes de causas em torno de um mesmo número na urna”, dizem. Desse grupo, apenas uma pessoa será registrada na Justiça Eleitoral.

Em busca de mais prestação de contas aos cidadãos, o Movimento Transparência Partidária vem cobrando a divulgação sistemática de dados de partidos políticos, que já informam sua mo-



vimentação financeira, mas essas informações ainda não são públicas. O objetivo do grupo formado por cientistas políticos, advogados e professores é tornar públicos os dados disponibilizados pelo TSE em uma ferramenta digital. “Com isso, vamos caminhar para um nível de transparência muito superior ao que temos hoje, que é realizado de forma física, em papel”, afirma o advogado e porta-voz do Transparência Partidária, Marcelo Issa. Antes da atuação do movimento, o debate sobre a transparência caminhava a passos lentos no País. A partir dessas eleições, os extratos bancários dos partidos já serão publicados pelo TSE em formato aberto. “As pessoas precisam saber de que forma o dinheiro é usado. A transparência é a contrapartida mínima que os governantes devem oferecer, já que estão sendo vistos como os principais atores da corrupção dos últimos anos”, ressalta Issa. Em março, foi lançado um ranking de transparência partidária. Hoje, 70 pessoas apoiam o movimento.

DESAFIOS PELA FRENTE

Para o cientista político e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva da Unicamp, Wagner de Melo Romão, uma das dificuldades da democracia representativa é a falta de capacidade de monitoramento entre o que foi prometido e o executado ao longo dos quatro anos. Hoje, porém, há ferramentas que mudaram esse cenário. “Seria impensável essa demanda por transparência se não tivéssemos acesso aos dados pelas vias digitais”, diz ele. As novas tecnologias perpassam a estrutura dessas iniciativas. “Os movimentos de renovação nascem como resposta a uma sociedade cada vez mais conectada, com dinâmicas menos dependentes das estruturas tradicionais de poder e com uma demanda universal por abertura e transparência”, afirma Martins.

Se por um lado contam com a facilidade dos recursos digitais, por outro, têm que lidar com o desafio da efemeridade. “Ainda falta uma pene-

“ATUALMENTE, EXISTEM DOIS MOVIMENTOS: UMA DESCONEXÃO ENTRE POLÍTICOS E CIDADÃOS E UMA SOCIEDADE CIVIL QUE VEM SE ORGANIZANDO MUITO BEM.”

ESTHER SOLANO,
doutora em Ciências Sociais
e pesquisadora da Unifesp

tração maior dessas iniciativas na sociedade e nos grupos organizados já existentes criados pelas gerações anteriores”, diz Romão. “Eles têm de se sustentar no longo prazo para além das insatisfações mais difusas da sociedade.” Além disso, há outros entraves de ordem prática a serem enfrentados. “As campanhas são caras, e os partidos tradicionais terão um fundo multimilionário para investir em suas velhas lideranças”, diz Lyra Neto, do Acredito. “O período de campanha reduzido dificulta a vida de quem ainda não é conhecido.” Derson, da Frente Favela Brasil, acredita que não há estímulo para que cidadãos façam doações e participem da construção de candidaturas enquanto pessoas físicas. “Nesta eleição, haverá um pujante fundo eleitoral com dinheiro público, turbinando a reeleição dos parlamentares e gerando uma grande desvantagem competitiva entre nós, que desejamos renovar a política”, contesta. Para Beatriz, do Update, é natural que alguns movimentos não sobrevivam em função das dificuldades, mas, ainda assim, “é o início de um importante processo de mudança”.

Pelo visto, não é tarefa fácil renovar esse desgastado sistema. Trata-se de uma missão complexa para garantir papel de destaque ao cidadão comum na construção política. No Movimento Muitxs, de Belo Horizonte, em Minas Gerais, essa participação do cidadão se dá por meio de uma plataforma online em que é possível apresentar uma proposta que queira ver representada por uma candidatura. O movimento também criou o Gabinetona, um espaço legislativo compartilhado, que busca trabalhar a política com base na ideia de coletividade. “A ideia é fazer com que o cidadão tome decisões sobre a cidade”, diz Áurea Carolina, integrante do coletivo.

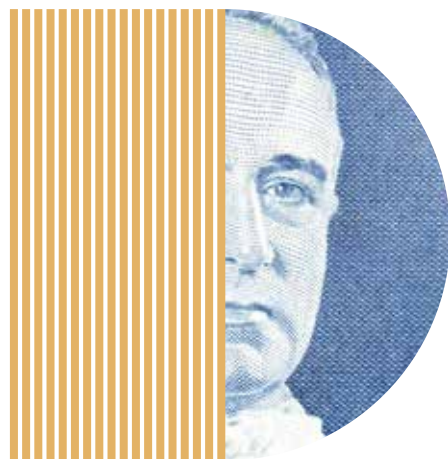
Ao que tudo indica, o Brasil vive o início de um longo processo de transformação. Segundo integrantes da Bancada Ativista: “A tarefa é enfrentar os desafios de democratização do País, fortalecer a cidadania ativa, tomar o poder desde baixo e, com isso, compartilhar processos decisórios que afetam a vida das pessoas”. Para o cientista político Ricardo Martins, o que esses movimentos têm mostrado é que os problemas da democracia só se resolverão com mais democracia. “A solução para a política é mais política.”

&

PATRIOTISMO EXASPERADO

O fantasma do nacionalismo ronda a globalização. A ameaça é diferente daquela que assustava a Europa quando Marx e Engels escreveram o *Manifesto Comunista*. Com o mundo inundado por produtos *made in China*, país governado pelo Partido Comunista, mas que pratica o chamado “socialismo de mercado”, o capitalismo se preocupa hoje em fazer com que a integração dos mercados sobreviva às turbulências que se desencadearam na eleição de Donald Trump e a saída do Reino Unido da União Europeia. Como surgiu o conceito de nacionalismo e de que maneira se refletiu no Brasil?

texto HERBERT CARVALHO



Surgida para garantir a coesão do povo no Estado, a nação se tornou a imagem mítica que possibilita a cada indivíduo o sentimento de pertencer a um todo formado por território, idioma, economia, história e cultura que determinado grupo humano tem em comum. Constituída em Estado, uma nação precisa se armar para sobreviver num mundo de Estados armados. Assim, o nacionalismo passou a exigir a lealdade incondicional dos cidadãos e ainda os transformou em defensores do país, por meio do serviço militar obrigatório. Cultivou também a ideia de que a divisão política entre as nações é algo justo, natural e até sagrado.

Se no início da Revolução Industrial a regra do capitalismo nascente era a do livre-cambismo, expressa na fórmula *laissez faire, laissez passer* (“deixar fazer, deixar passar”), logo alguns países passaram a restringir o fluxo das importações. Argumentavam que sua própria agricultura e indústria deviam ser mantidas em nível suficiente para atender à demanda em caso de guerra, sem depender de fornecedores estrangeiros.

Dessa forma, o protecionismo e o nacionalismo econômico solaparam a unidade do mercado mundial, ao mesmo tempo em que as principais potências trilhavam o caminho do imperialismo, a fim de acompanhar as tendências das forças produtivas, que exigiam grandes espaços geográficos e políticos para o seu desenvolvimento. Na virada do século 19 para o 20, o nacionalismo se dividiu: do lado dos impérios, justificava o expansionismo com mitos como a missão divina atribuída a um país, a superioridade inata e eterna de um povo e o direito a um espaço vital sempre mais extenso. Do lado oposto, simbolizava a luta pela libertação das nações oprimidas e colonizadas.

PRIMEIRA GUERRA

A estreia do patriotismo cego e exasperado, dirigido contra os direitos de outros povos e nações, deu-se na Primeira Guerra Mundial. Em 1914, dois blocos de potências se perfilavam em mútua hostilidade: França, Inglaterra e Rússia formavam a Entente para enfrentar os Impérios Centrais Alemão, Austro-Húngaro e Turco-Otomano. Por trás do jogo diplomático,

Diante desse cenário, o que ocorrerá com países periféricos como o Brasil, sem um projeto nacional ou de inserção internacional? Qual o futuro do planeta quando os acordos para preservar seu clima são ignorados e potências aumentam o arsenal nuclear para falar mais grosso umas com as outras? Essas questões cruciais, cujas respostas só virão num futuro incerto, remetem, porém, a um trágico passado, quando, no século 20, a ideologia nacionalista extremada engendrou e legitimou a ascensão do nazismo e do fascismo, duas hecatombes mundiais com milhões de mortos, vários genocídios, ditaduras militares e guerras de caráter colonialista, para expansão territorial ou domínio de mercados e fontes de matéria-prima.

Conceito recente na história da humanidade, a palavra “nacionalismo” foi usada pela primeira vez em um texto de 1798, no qual o abade Barruel denunciava o caráter de intolerância presente na ideia de nação posta em prática pelos jacobinos durante a Revolução Francesa: “O Nacionalismo ocupou o lugar do amor geral. Foi, assim, permitido desprezar os estrangeiros, enganá-los e ofendê-los”.

A CRISE DO INÍCIO DO SÉCULO 21 TROUXE O NACIONALISMO XENÓFOBO DE VOLTA À CENA POLÍTICA. SEU CONCEITO NASCEU EXIGINDO A LEALDADE INCONDICIONAL DOS CIDADÃOS AO ESTADO, CULTIVANDO A IDEIA DE QUE A DIVISÃO ENTRE AS NAÇÕES É JUSTA

a Segunda Revolução Industrial, baseada em eletricidade e petróleo, concentrou em grandes monopólios a produção de caráter bélico. Nesse contexto, a Inglaterra, até então absoluta no comando da economia mundial, foi desafiada pela Alemanha, país tardiamente unificado, mas industrialmente poderoso, que se ressentia de ter ficado com muito pouco na divisão colonialista do mundo.

A notícia do início da guerra provocou delirantes manifestações de entusiasmo nas maiores cidades das nações beligerantes. Até mesmo os partidos que integravam a Segunda Internacional Socialista aderiram à torrente do nacionalismo chauvinista, termo que deriva do nome do soldado Nicolas Chauvin – combatente das guerras napoleônicas famoso por sua fidelidade ao imperador. Quem se colocava contra, pagava com a vida: Karl Liebknecht, único voto contrário aos créditos de guerra no parlamento alemão, foi assassinado por milícias, enquanto o mesmo destino, na trincheira oposta, teria o líder pacifista francês Jean Jaurès, morto em um café de Paris pelas mãos de um fanático.

FASCISMO E NAZISMO

Após quatro anos do mais sangrento confronto até então, os 9 milhões de civis mortos superavam os 8 milhões combatentes, e os mutilados se contavam em número ainda maior (21 milhões). Ficavam para trás as guerras artesanais: a humanidade, agora, usava meios industriais para destruir a si mesma. Ao fim da luta, travada principalmente em solo europeu e no Oriente Médio, o mapa da Europa foi redesenhado: impérios se desmembraram e deram lugar a novas nações, monarquias absolutistas foram abolidas, potências colonialistas iniciaram sua decadência, uma revolução socialista se tornou vitoriosa e os Estados Unidos – participante bélico de última hora, porém, decisivo – emergiram como polo de poderes econômico e militar em nível mundial.

Na Rússia czarista, os bolcheviques haviam direcionado os soldados em farrapos de um exército derrotado para uma aliança com operários e camponeses, que chegou ao poder por meio de uma insurreição e proclamou a primeira experiência de um Estado multinacional: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Pela voz de seu líder máximo, Vladimir Ilich Ulianov, o Lênin,



O BRASIL PODE TER UM FÜHRER?

Após um período em que o nosso orgulho nacionalista se restringiu às conquistas do futebol, a camisa da seleção uniformizou manifestantes que saíram às ruas em 2015, clamando pelo impeachment de Dilma Rousseff. Alguns pediam a volta dos militares, pavimentando a candidatura presidencial do capitão da reserva do exército Jair Bolsonaro, que se escuda em seu sétimo mandato de deputado federal para fazer, da tribuna da Câmara dos Deputados, apologias à tortura, à misoginia e à homofobia. Apoiado por setores da classe média, prometendo acabar com a corrupção e com a violência nas cidades brasileiras, ele tem ainda em comum com o cabo austríaco que se tornou *Führer* uma característica de psicologia social: ambos representam o homem comum, em posição de subordinação, ansioso para compensar seus sentimentos de inferioridade por meio da militância e do radicalismo político, o que talvez explique o sucesso de Bolsonaro nas redes sociais. Denunciado pela procuradora-geral da República Raquel Dodge pela prática de racismo contra quilombolas, indígenas, refugiados, mulheres e LGBTQs, ostenta a liderança nas pesquisas quando excluído o nome do ex-presidente Lula.



RODÍZIO DE DITADORES

O Brasil viveu dois surtos de nacionalismo no século 20. Durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945, o ditador Getúlio Vargas banuiu o Poder Legislativo, governou por decreto, perseguiu opositores e controlou com mão de ferro os meios de comunicação. Centralizou a administração e aboliu a autonomia dos Estados, que tiveram suas bandeiras queimadas em cerimônia pública.

Ao mesmo tempo, estabeleceu a legislação e a Justiça do Trabalho, dirigindo a economia para a industrialização, com o apoio de empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional. Nesse período, o Carnaval se tornou uma “alegria dirigida”, e o samba exaltava as virtudes da Pátria e do regime, como nestes versos de Ataulfo Alves: “O Estado Novo veio para nos orientar. No Brasil não falta nada, mas precisa trabalhar”.

Já a ditadura militar (1964-1985) fez uso intenso de símbolos como a Bandeira e o Hino Nacional e de slogans como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, mas subordinou a soberania do País aos Estados Unidos, apoiadores do golpe que derrubou o presidente João Goulart. Durante o insólito rodízio de generais na presidência, apenas Ernesto Geisel, na década de 1970, praticou uma política externa independente e paradoxal: seu governo, ferrenhamente anticomunista, foi o primeiro a reconhecer uma guerrilha marxista à frente da Independência de Angola. Foi também a última vez que tivemos um Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

as nações que não quisessem se unir ou preferissem a separação poderiam fazê-lo, de acordo com o princípio da soberania e autodeterminação dos povos. Essa liberdade, porém, tornou-se letra morta a partir de 1921, quando ocorreu a ocupação da Geórgia pelo Exército Vermelho.

As feridas da hecatombe nem sequer tinham começado a cicatrizar quando, em março de 1919, Benito Mussolini criou na Itália os *fasci di combattimento*, esquadrões que empregavam a violência física contra seus principais adversários políticos: os socialistas e comunistas. O fascismo, palavra italiana derivada de *fascio* – feixe de varas atadas a um machado, símbolo da autoridade popular da antiga República romana – logo se transformou em movimento de massa. Com 320 mil membros em 1921, os fascistas marcharam sobre Roma no ano seguinte. Portavam apenas armas leves e poderiam ter sido derrotados se as autoridades acovardadas não tivessem capitulado, convidando Mussolini para formar um governo. Três anos depois, já havia se tornado ditador.

O eixo fundamental do fascismo era um nacionalismo de Estado orgânico e paramilitar, supostamente capaz de transcender os conflitos sociais. Seus adversários eram “traidores da nação”, seus mortos se tornavam heróis. Em todas as sedes do Partido Fascista havia um altar dedicado ao país e a seus mártires. Sua ideologia estava fundada no culto ao chefe, no desprezo aos valores do liberalismo e nos objetivos de expansão imperialista. Sua tática era aniquilar as oposições por meio do terror e da propaganda baseada no controle das informações e dos meios de comunicação de massa.

Já o nazismo era tudo isso, acrescido de algo que o fascismo não tinha, ao menos em seu início: o racismo. Se a Primeira Guerra Mundial tinha gerado crise econômica e conflitos sociais até mesmo em países vencedores como a Itália – que, entretanto, considerava-se enganada pelas “plutocracias”, como se referia Mussolini à Inglaterra e à França –, a situação era verdadeiramente caótica na principal nação perdedora, a Alemanha.

As condições impostas pelo Tratado de Paz de Versalhes, com mutilações territoriais e pesadas reparações financeiras, que produziram um rastro de desemprego e hiperinflação, abriram o caminho para Adolf Hitler chegar ao poder. Seu

nacional-socialismo incorporou a doutrina das superioridades cultural e racial do povo alemão, que, por isso, teria direito a um ilimitado *Lebensraum* (“espaço vital”). Seus inimigos principais seriam os grupos humanos “racialmente inferiores”: internamente, os judeus, a serem segregados e eliminados; externamente, os eslavos, que deveriam ser escravizados e terem seus territórios incorporados ao *Reich* alemão.

Após disputar e vencer as eleições de 1933, Hitler precisou de apenas cinco meses para implantar o controle totalitário do Estado com vistas à sustentação de seu projeto militar expansionista. Em breve, Itália e Alemanha, países integrantes do Eixo (mais tarde, completado pelo Japão), desencadeariam agressões no Norte da África e no Leste da Europa, dando início à Segunda Guerra Mundial.

A “Era da Catástrofe”, que o historiador Eric Hobsbawm situa entre 1914 e 1945, teve mais um poderoso ingrediente no fermento dos nacionalismos: a Grande Depressão, que levou à queda de um terço do comércio mundial entre 1929 e 1939. Na América Latina, 12 países mudaram de governo ou regime em 1930 e 1931, inclusive o Brasil, com a ascensão de Getúlio Vargas. O País se tornou símbolo da superprodução capitalista pela queima do café, tentativa desesperada de impedir o colapso no preço de seu principal produto. Vargas, no Brasil, e Perón, na Argentina, implantaram regimes nacionalistas que buscavam fortalecer o mercado interno por meio do reconhecimento dos direitos dos trabalhadores. Mas enquanto o primeiro, após flertar com os países do Eixo, trocava o apoio à coalizão anti-hitlerista pela siderúrgica de Volta Redonda, instalada pelos Estados Unidos, o segundo permaneceu simpático aos nazistas ao ponto de acolher no país vizinho muitos de seus líderes derrotados.

“ERA DE OURO”

Em 1945, as bombas atômicas lançadas pelos EUA contra o Japão encerravam a carnificina de quase 50 milhões de mortos, incluindo o holocausto de 6 milhões de judeus, e inauguravam a Guerra Fria, que duraria até a queda do Muro de Berlim. Ao contrário da Liga das Nações – que marginalizara a Alemanha e a URSS, deixando de fora mesmo um de seus principais artífices, já que o

Congresso norte-americano vetara a participação dos EUA –, a Organização das Nações Unidas (ONU) surgiu com força, baseada em dois pilares: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que convoca os Estados-membros ao respeito e à observância dos direitos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e a Carta da ONU, que reconhece o direito de todos os povos à autodeterminação e faz proliferar os movimentos nacionalistas e de libertação nacional na Ásia e na África.

SURTOS DE NACIONALISMO OCORRERAM EM DOIS MOMENTOS NO BRASIL : DURANTE O ESTADO NOVO, GETÚLIO VARGAS BANIU O PODER LEGISLATIVO, GOVERNOU POR DECRETO, PERSEGUIU OPOSITORES E CONTROLOU OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Em paralelo, são criados organismos de cooperação como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o GATT, acordo de tarifas que, em 1995, deu lugar à Organização Mundial do Comércio (OMC). A estabilidade da economia mundial proporcionada por essas instituições supranacionais garantiu as condições para a Era de Ouro do capitalismo, que vai até a década de

1970, quando dispararam os preços do petróleo.

Surgiram as grandes empresas transnacionais, que espalharam suas fábricas pelos continentes e engendraram uma nova divisão do trabalho, globalizando as cadeias produtivas. As forças geradas pelos avanços técnico e científico se tornaram, contudo, grandes o suficiente para destruir o meio ambiente – o que passa a exigir cooperação internacional para a preservação do planeta.

Retirada das ruínas pelo Plano Marshall e cansada de tanta guerra, a Europa começou a se unir em 1950, quando França e Alemanha – inimigas desde a guerra franco-prussiana, de 1870 – lançaram a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que tem ainda como fundadores Itália, Luxemburgo e os Países Baixos. Inaugurou-se uma época de união voluntária de povos e nações interessadas em superar o passado e atuar conjuntamente na preparação do futuro. Atualmente com 28 países-membros, a União Europeia inspirou congêneres na Ásia, na África e nas Américas, como o Mercosul e o Nafta.

As crises do fim do século 20 e início do 21 trouxeram, porém, o nacionalismo xenófobo de volta à cena política. Como indica a palavra que tem na origem a junção de dois termos de origem grega, significando “medo (*phobos*) de estrangeiros (*xénos*)”, partidos de direita como a Frente Nacional, na França, estimulam o ódio contra imigrantes, apontados como ameaça ao modo de vida europeu.

A contenção da imigração de países pobres para os ricos se tornou o epicentro de dois terremotos que ameaçaram fazer desabar toda a engenharia das relações internacionais: o plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia e, principalmente, a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA. A construção de um muro na fronteira com o México, a provável implosão do Nafta, o abandono norte-americano da Aliança do Pacífico e dos acordos sobre o clima, somados à imposição de taxas sobre importações de aço e alumínio, em nome da segurança nacional, ameaçaram jogar o mundo em nova onda de confrontos e catástrofes.

&



GUILHERME MARBACK

VALORES E COMPORTAMENTOS DO BRASILEIRO

Economista analisa os resultados da “Pesquisa Nacional de Valores de 2017”, estudo que mede as mudanças de atitude dos brasileiros nos últimos oito anos.

entrevista HUBERTO DANTAS | fotos CHRISTIAN PARENTE

O que o brasileiro valoriza e acha importante na vida social? Quais foram as mudanças no seu comportamento nos últimos anos diante de tantas desilusões e expectativas frustradas? Para responder a essas e outras questões, o Canal UM BRASIL entrevistou o economista Guilherme Marback, sócio-diretor da consultoria Crescimentum, responsável pela “Pesquisa Nacional de Valores”, que teve sua segunda edição realizada em 2017.

O estudo teve perguntas sobre os valores que a pessoa identifica em si própria, os valores que vê na sociedade e aqueles que gostaria que fossem praticados. Segundo ele, embora o cenário negativo de corrupção e descrença nas

instituições, existe uma mudança de paradigmas em curso. Os resultados do levantamento mostram que as pessoas estão mais dispostas a assumir responsabilidades para tornar o País mais próximo do que desejam em vez de esperar que o Estado faça algo por elas.

Marback opina que houve uma evolução de consciência em relação ao protagonismo do cidadão. “Eu tenho que fazer alguma coisa, já que não estão fazendo por mim.” Ele vê os movimentos de 2013 como disparadores de uma reação coletiva e coloca a educação como elemento-chave para a evolução das futuras gerações. Acompanhe a entrevista publicada com exclusividade pela **Problemas Brasileiros**.

Pesquisa recente mostra que as pessoas se dizem honestas, mas destacam a corrupção como uma das principais características do povo brasileiro. Nós temos uma dificuldade de autocrítica, somos dissimulados, quem somos nós nessa história?

Esses dados não expressam estritamente a realidade, mas nos permitem fazer algumas conjecturas para tentar compreender o fenômeno. Eu acredito que quando o brasileiro se localiza e atribui a si esses valores, isso significa que esses são os valores que ele acha importantes. Ele não se refere efetivamente ao próprio comportamento, à própria prática, mas ele está dizendo o seguinte: "Eu acredito nisso". Além de honestidade, o brasileiro preza, como valores individuais, a amizade, o respeito, a humildade e a família. Já quando observa o fenômeno na terceira pessoa, ele faz uma análise crítica, e temos um outro retrato da realidade. Quando se trata dos valores culturais, ele identifica a corrupção, o crime, a violência, a pobreza e a agressividade. Então, quer dizer, o brasileiro é amigo, honesto e feliz, mas observa um contexto de violência, crime, desonestidade e corrupção.

Em relação ao método, são três as instâncias investigadas: como o entrevistado percebe a si próprio, como percebe o outro e como ele gostaria que a realidade fosse. Não falta talvez assumirmos a responsabilidade de que nós somos parte do problema, daquilo que projetamos?

O método vem de uma fundamentação filosófica de um britânico chamado Richard Barrett, um humanista, filósofo, psicólogo e engenheiro. Ele criou uma forma muito simples e pragmática de fazer essas medições, um modelo inspirado na pirâmide das necessidades humanas do Maslow [Abraham Maslow, psicólogo norte-americano autor da Teoria da Pirâmide da Hierarquia de Necessidades]. Ele faz uma releitura disso, amplian-

do de cinco para sete os níveis de consciência ou necessidade. Esses níveis obedecem a uma hierarquia, que começa na sobrevivência, depois, na consciência e assim por diante, até chegar ao sétimo nível, que é o serviço. Esse método é muito interessante porque serve não só para mostrar o estágio de evolução dos indivíduos, mas também das empresas, das organizações e das nações. O estudo envolve três perguntas: quais são os valores que lhe identificam enquanto indivíduo, quais são os valores que percebe em prática na sociedade e quais são aqueles que gostaria que fossem praticados para que esse fosse um país melhor. Para cada pergunta, o entrevistado aponta os dez valores mais frequentes em uma lista de cerca de cem opções.

É possível tirar alguma conclusão se compararmos a perspectiva brasileira com a de outros países ou com a nossa própria trajetória histórica?

Excelente pergunta, porque ela traz os níveis de evolução da humanidade como um todo, e essa pesquisa foi feita em diversos países. Por exemplo, quando a gente se localiza na cultura atual, existe um indicador que se chama "taxa de entropia cultural". A entropia cultural é um dado porcentual que aponta valores potencialmente limitantes e necessidades não atendidas. No Brasil, essa taxa é altíssima: subiu de 51% para 61% entre 2010 e 2017, patamar semelhante ao encontrado em países que compartilham o mesmo estágio, como Argentina e Nigéria. Quando se olha para a cultura desejada, já começa a ver diferenças que são as necessidades locais. Na Argentina, localiza-se muito mais no nível 3, que diz o seguinte: precisamos de mais competência, mais eficiência. Na Nigéria, isso localiza muito mais no nível 5, de identidade, de significado, de propósito; e no Brasil, localiza-se muito nos níveis 1 e 3, de



Não que o brasileiro tenha se transformado completamente, mas houve uma evolução de consciência, ele sabe que precisa protagonizar a solução.



eficiência do Estado e de necessidades básicas de sobrevivência. Você também encontra uma alta entropia cultural em países como a Suécia, a Dinamarca ou os Estados Unidos, mas focada em necessidades menos básicas.

Fica a sensação de que estamos querendo pular etapas da educação ao ensinar empreendedorismo e competitividade para jovens que talvez precisassem exercitar solidariedade e ação conjunta primeiro. A sensação de não estarmos fazendo o dever de casa. É isso?

Eu acredito que a educação básica seja um dos únicos caminhos que tenhamos para garantir a evolução do coletivo. A estrutura psicológica básica de construção do caráter do indivíduo se estabelece até os sete anos de idade, segundo Freud e Jung. É a fase em

que se ancoram todos os valores basilares, aqueles que realmente dão suporte ao indivíduo. O processo de evolução da sociedade tem que se basear no indivíduo. O bom resultado futuro depende da formação das crianças de hoje. O que chama atenção no comparativo entre 2010 e 2017 é que a cultura estava muito mais focada no nível 1, que é o nível de sobrevivência. Nisso, o brasileiro avançou aos níveis superiores, de significado e propósito. Ele busca enxergar no Estado qual é a identidade dele que vai nos prover e, por outro lado, passa a valorizar os valores individuais – algo que não existia antes. Era mais ou menos assim: eu reconheço o problema, o problema existe, eles criaram e eles têm que resolver. Já em 2017, talvez pela desilusão de tantas promessas não cumpridas, aparecem como solução alguns valores



individuais, como qualidade de vida, compromisso e honestidade. O que isso demonstra? Não que o brasileiro tenha se transformado completamente, mas houve uma evolução de consciência, ele sabe que precisa protagonizar a solução – “Eu tenho de fazer alguma coisa, já que não estão fazendo por mim”.

Você acredita que o protagonismo exercido pelas ruas de 2013 para cá, com a sociedade reivindicando diferentes pautas, teve algum impacto nesse resultado?

Eu acho que sim. Esse movimento pode ser considerado dentro desse contexto, mas o que emerge da análise e do aprofundamento da interpretação desses dados é a clareza da frustração de expectativas de que alguém iria nos prover. Acredito que esse seja o gatilho mais forte para que o indivíduo comece a tomar um pouco mais de consciência de que se ele não for atrás, as coisas não vão acontecer. Porque não dá para avaliar o fenômeno considerando somente uma variável. É sempre um conjunto de coisas. Outra questão é que hoje nós vivemos em um momento em que a comunicação é plena, chega a todo lugar em tempo real.

Vocês captam isso no trabalho de pesquisa?

Nós fazemos o processo de desenvolvimento organizacional há 14 anos na indústria, e é muito interessante acompanhar essa evolução. Há muito pouco tempo, quando nós entrávamos em uma fábrica para investigar alguma questão, consultávamos a base de comando e controle. Hoje, você alcança todo o pessoal, porque até o operário mais básico está conectado em rede com o mundo pelo seu smartphone, participando de grupos e

sabendo o que está acontecendo em todas as indústrias paralelas. Gerir essas pessoas, com esses níveis de informação e discussão, é o que pode patrocinar essa evolução no nível de consciência. Aliás, esse foi talvez o principal objetivo da Crescimentum em oferecer essa pesquisa para o País. Trazer esse assunto para pauta. A mudança pode ocorrer inicialmente é a da tomada de consciência. Na psicologia se diz: “Aquilo que eu não sei, não existe”.

Algum dado regional, de gênero ou idade evidenciou diferenças de pensamento do brasileiro?

Uma coisa é muito curiosa: para todas as regiões, todas as rendas, todos os níveis de escolaridade e todas as idades, dos dez valores que significam “quem é o brasileiro”, nove são iguais independentemente do recorte. É incrível como nós somos muito mais iguais do que poderíamos pressupor nos nossos valores estruturantes. Isso é muito marcante.

O método que vocês utilizam traz um resultado surpreendente em relação a pesquisas anteriores, mas tem um nível de simplicidade muito grande sem obviamente ser simplório. Ele traz um resultado complexo que nos dá uma oportunidade de discutir quem somos nós. A quem se destina esse tipo de pesquisa? Para estratégias de marketing, de relacionamento de produtos, estratégias eleitorais, desafios educacionais?

Além de honestidade,
o brasileiro preza,
como valores individuais,
a amizade, o respeito,
a humildade e a família.
Já quando observa
o fenômeno na terceira
pessoa, ele faz uma análise
crítica, e temos um
outro retrato da realidade.

”

Esse método é muito usado para empresas, porque faz uma leitura pragmática da gestão e da cultura organizacional. E quanto mais você alinha a cultura organizacional com a estratégia, com a liderança, melhores são os resultados. Mas, além de impactar positivamente nos resultados, a beleza do processo é conseguir engajar as pessoas, porque isso as torna mais felizes com o que fazem. É uma ferramenta de gestão exatamente porque se sabe que a cultura é muito importante. No entanto, os modelos de aplicação a serviço do negócio são muito recentes, então é justamente onde somos mais requisitados. Do ponto de vista da evolução da sociedade, estamos começando a fazer algo nessa direção. No mundo já tem essa experiência muito relevante, muito interessante. Em um país como o Brasil, é preciso trazer a consciência que uma parte do problema está nas nossas mãos. Mas do ponto de vista prático, como é que conseguimos fazer isso? As experiências que têm acontecido ao redor do mundo se baseiam em aplicar isso em pequenas comunidades, em municípios menores. E, aí, analisar os resultados, que têm sido muito interessantes. Você consegue entender o que é efetivamente o valor e aquilo que é necessidade que precisa ser atendido por parte do cidadão dessa comunidade e associar isso às políticas públicas, para começar a transformar esse pequeno lugar. O sonho é levar essa ferramenta de transformação a muitos locais, conseguindo um resultado expressivo no grande coletivo global que chamamos de “mundo”.



UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com grandes nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

Saiba mais em
www.umbrasil.com



&

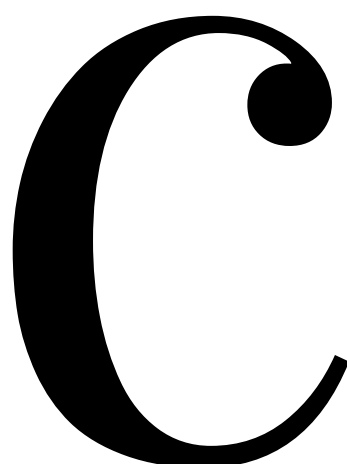


Joel Silva / Folhapress

VOCAÇÃO PARA O TRABALHO NO CAMPO

Visto como uma das portas de saída da recessão econômica, o agronegócio ostenta a virtude de ser o único setor nacional a contar com ganhos expressivos de produtividade em décadas. Contudo, se quiser continuar avançando em tecnologia e desenvolvimento econômico, precisa de vontade política para derrubar antigas barreiras, como gargalos de infraestrutura e alto custo de financiamento.

texto VINÍCIUS PEREIRA



Condutor da economia brasileira, o agronegócio parece ser a vocação natural do Brasil: nenhum setor no País dá tão certo quanto esse. Entretanto, ter sucesso não requer apenas um talento natural, mas também doses cavalares de esforço, preparo e disposição. Parece que é isso que o setor vem fazendo para se posicionar como referência mundial e elemento importante dentro de uma equação complexa que é a economia brasileira.

Não fosse a força do campo e suas variáveis, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teria agnizado por mais tempo. O ano de 2017 acabou, o PIB registrou alta de 1% por causa desse vetor, e a economia pôde, enfim, sair de uma dolorosa recessão. Enquanto a agropecuária cresceu 13%, o setor de serviços teve alta de apenas 0,3%, e a indústria se manteve estável no período.

Responsável por 27,5% de tudo aquilo que o País produz, o setor agro também se tornou encarregado por 40% das exportações do Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “A balança comercial foi salva pelo agronegócio, e não só ela: a alta do PIB também foi puxada por esse mesmo setor”, analisa o coordenador do Centro de Estudos em Negócios do Insper, Paulo Furquim de Azevedo.

O agronegócio, que engloba desde a cadeia produtiva, do trabalho agropecuário até a comercialização dos produtos, vem se consolidando como o principal agente econômico nacional – que há anos passa por um processo de desindustrialização e ainda sente, de forma ordinária, os tremores políticos na economia.

Tantos resultados positivos só puderam ocorrer pela junção de fatores significativos. O clima adequado e o advento de novas tecnologias no campo fizeram com que a produção crescesse, atingindo 241 milhões de toneladas de grãos, um recorde absoluto.

O resultado histórico ocorreu pela chamada “supersafra” – ponta de lança para o crescimento de todo o setor. A safra de milho, por exemplo, aumentou incríveis 55% em 2017, enquanto que a de soja subiu 19,4% na comparação com 2016. Outra infinidade de alimentos registrou ganhos consideráveis na produção e, com isso, ficaram mais baratos.

Dessa forma, além de salvar o PIB, a supersafra de 2017 também jogou a inflação para baixo. Com o aumento de 30% na produção em geral, os alimentos baixaram 1,87%, auxiliando o índice oficial de preços a ficar abaixo da meta fixada pelo governo.

MAIS PRODUTIVO...

Não é só o clima. O que ajuda a explicar melhor o estabelecimento do agronegócio, cada vez mais imponente em relação aos outros setores, é o ganho de produtividade, tão cobiçado por empresários de qualquer setor produtivo.

Dados da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) apontam que a produtividade cresceu cerca de 200% nos últimos 40 anos, ao passo que a área plantada teve alta de 60%, e a produção, de 350%. “De 1996 a 2015, o crescimento da produtividade na pecuária, por exemplo, foi de 148%, enquanto que na indústria de transformação foi zero”, compara o economista Antonio Lanzana, assessor técnico da FecomercioSP.

De acordo com a CNA, caso a produtividade se mantivesse nos patamares da década de 1970 na agropecuária, por exemplo, seria necessário 176 milhões de hectares para que a produção chegasse aos níveis de hoje. Atualmente, graças aos avanços nesse quesito, é necessário “apenas” 61 milhões de hectares. Ou seja, produzimos mais utilizando menos recursos financeiros e naturais.

... MAIS TECNOLÓGICO

Isso, contudo, só foi possível graças ao incremento da tecnologia na produção. Ela corresponde a 68% do processo produtivo da agricultura brasileira.

Em análise feita pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a tecnologia foi identificada como o fator mais importante no aumento da produção nas últimas quatro décadas. Ela contribuiu com cerca de 60% do valor bruto da produção agropecuária, e o somatório dos demais fatores (terra, mão de obra e recursos financeiros) respondeu por 40%.

Com isso, o País se tornou referência. São anos de estudo e *expertise* para que o resultado viesse. E esse *know-how* do agronegócio brasileiro tem grande participação do Estado. É consenso entre analistas que o papel que a Embrapa desenvolveu no setor é único.

Com um orçamento médio de R\$ 72 milhões por ano, destinados a projetos de pesquisa, a empresa fez uma verdadeira revolução no campo, mesmo com esse valor relativamente tímido. “Tem-se a imagem de que, no Brasil, tudo o que planta, dá. Isso é uma inverdade. Foi papel da Embrapa transformar locais difíceis em oásis do agro”, diz Paulo, do Insper. “O cerrado brasileiro, por exemplo, é um ambiente impróprio e só foi possível ter alguma produtividade lá com avanços tecnológicos”, conclui.

Em 2017, para cada R\$ 1 investido em pesquisas realizadas pela empresa, o retorno para o País em inovações foi de R\$ 11,06, de acordo com a entidade.

“Isso foi fruto decorrente de impactos econômicos de 117 tecnologias e cerca de 200 cultivares lançadas apenas neste ano”, afirma o gerente de inteligência estratégica da Embrapa, Edson Luis Bolfe.

Atualmente, a estatal ganhou o reforço das chamadas “agtechs” (startups do campo), que vêm aparecendo em diversos polos espalhados pelo interior do Brasil. Em comum, todas elas buscam solucionar os problemas do setor com auxílio de tecnologia. Ou seja, o ganho de eficiência também faz parte da atuação dessas novas empresas.

PRODUTIVIDADE DO AGRONEGÓCIO CRESCEU CERCA DE 200% NOS ÚLTIMOS 40 ANOS, SEGUNDO A CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (CNA)

“O Brasil é uma potência em criação de conhecimento do agro. Mas, dentro desse setor, o mais competitivo entre todos, faltavam empresas para pegar a tecnologia e servir ao mercado”, diz o sócio da gestora de investimentos SP Ventures, Francisco Jardim. Ele conta que a gestora investiu R\$ 84 milhões, ou 80% do montante total, apenas em empresas de tecnologias voltadas ao setor agro.

Uma das escolhidas foi a Agrosmart. A agtech, com sede em Campinas, no interior de São Paulo, atenta-se ao monitoramento agroclimático de fazendas. Ou seja, todas as variáveis de solo, clima e planta são verificados, têm os dados coletados e, assim, um produto é gerado para a necessidade de cada local. O principal componente da empresa, voltado a cultura de grãos, é focado em irrigação. Um software mede todas as condições de ambiente, umidade, temperatura, vento e radiação solar para mensurar a quantidade exata de água que a planta precisa. Além disso, com as informações em mãos, o produtor também pode prever doenças e usar menos insumos. Dessa forma, o agricultor economiza energia elétrica e água, diminui custos e aumenta a produtividade, pois, com a irrigação “perfeita”, todo o potencial da planta é desenvolvido,

AQUISIÇÃO DE TERRAS POR ESTRANGEIROS AINDA É POLÊMICA

O capital estrangeiro está presente em praticamente todas as áreas da cadeia produtiva do agronegócio. No ano passado, importamos 77% do que o País utilizou de fertilizantes, de acordo com dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda).

A mão estrangeira está presente do maquinário que ensaca a colheita até a comercialização no exterior. Essa internacionalização, contudo, não atinge uma vertente: a posse de terras para plantio. Isso porque a Lei n.º 5.709/71 prevê que pessoas físicas ou jurídicas com capital estrangeiro possam comprar no máximo 15 módulos rurais. O tamanho de cada módulo varia entre 5 e 100 hectares, segundo a região em que se está. Atualmente, há 5 milhões de hectares nas mãos de estrangeiros no Brasil, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A discussão em torno da regularização do capital externo na posse da terra se alastra há anos. Críticos afirmam que a lei tem viés desenvolvimentista do governo militar. Por isso, querem alterar o entendimento para permitir a compra de até 100 mil hectares de terra e arrendamento de outros 100 mil. Quem é contra a flexibilização diz que tal política ameaçaria a soberania do País. “Hoje, muitos proprietários querem valorizar suas terras e, por isso, olham com bons olhos a possibilidade da compra por estrangeiros”, diz o sócio do Levy & Salomão Advogados, Daniel Tardelli Pessoa.

Entre 1994 e 2010, por decisão da Advocacia-Geral da União (AGU), eliminaram-se as restrições à compra de terras brasileiras com maioria de capital formada por estrangeiros. A batalha agora é pela possibilidade de a AGU rever novamente a questão. Para, o especialista em Direito Comercial e professor do CEU Law School, Marcelo Godke Veiga, essa seria a forma mais fácil de alterar o direito à posse. “Não é necessário mudar a lei. A AGU pode mudar a interpretação sobre o que é empresa de capital estrangeiro”, afirma.



Fotoarena / Folhapress

gerando melhores grãos. “O custo varia de R\$ 30 a R\$ 300 por hectare. Em irrigação, temos casos que economizam até 40% de energia e 60% do uso da água”, destaca um dos fundadores da Agrosmart, Raphael Rizzi. Segundo ele, em geral, na maioria dos produtores, o investimento é pago em uma ou duas safras. Com quatro anos de existência, a Agrosmart já tem uma filial nos Estados Unidos e prevê ainda outras na Colômbia e no Peru.

Para o desenvolvimento de toda essa tecnologia, contudo, é necessário dinheiro. Em duas rodadas de investimento, a Agrosmart já captou R\$ 9 milhões, montante que capitaliza a empresa até 2019. Mas, pensando na internacionalização, já abriu outro processo de captação para que a companhia não caia na vala comum da falta de capital disponível por aqui.

DINHEIRO CARO

Ano após ano, presenciamos avanços importantes no Brasil: geração de plantas mais produtivas, nutritivas e resistentes; animais de melhor adaptação aos ambientes; novas máquinas e equipamentos; programas de informática; e até sistemas de monitoramentos.

A boa fase do agronegócio, contudo, não mascara os problemas que ainda cerceiam o setor. Tecnologia custa caro, e o crédito ainda está oneroso e limitado, já que a participação deste como fonte de financiamento vem caindo. Na safra passada, a modalidade correspondeu a 39% do total emprestado, enquanto que o capital próprio do agricultor já representou 31%.

Mesmo com a taxa básica de juros (Selic) em queda, já na casa dos 6%, e inflação oficial abaixo dos 3%, penduricalhos bancários acabam representando até 20% do custo de produção. Assim, o produtor brasileiro ainda depende muito do crédito subsidiado. O Plano Safra deste ano destinou um total de R\$ 200,2 bilhões, sendo que 79% a juros controlados

para atender à demanda por crédito. Os juros eram de, no máximo, 8,5% ao ano, bem abaixo dos utilizados pelo mercado, mas ainda insuficiente ao produtor.

CAPITAL HUMANO

Falta dinheiro e interesse também na formação das pessoas envolvidas com o trabalho no campo. Um grande desafio é encontrar e preparar mão de obra mais bem orientada para as evoluções que o segmento vem passando. Uma indústria de ponta necessita, necessariamente, de pessoas bem preparadas para o serviço para reduzir essa lacuna.

A Embrapa, por exemplo, tem buscado parcerias com produtores, cooperativas, associações, sindicatos e universidades, de forma a elevar a disponibilidade de informações, dados e capacitações em novas tecnologias para todas as classes de produtores rurais.

“Essa profissionalização é um dos grandes desafios aos quais as instituições públicas e empresas privadas têm dedicado grandes esforços. É necessário dar maior dinamismo e obter mais integração entre produtor e pesquisa, ensino, indústria, comércio, assistência técnica e extensão rural”, diz Bolfe, da Embrapa.

Diante das dimensões continentais do Brasil, a CNA opta pelo caminho do ensino a distância. A entidade montou até mesmo uma faculdade para formar técnicos em agronegócio. O profissional, recém-formado, faz um plano de trabalho, com metas, e isso é monitorado por

um supervisor que remunera técnico e produtor por metas atingidas. Ao todo, 70 mil produtores já têm sido assistidos nesse programa, segundo a entidade.

INFRAESTRUTURA DEFICITÁRIA

Mas de que adianta ter o produto mais barato do mundo, se ele mal consegue chegar a quem precisa? É esse questionamento que traz o problema da infraestrutura – gargalo que parece eterno por aqui – à tona.

Essa trágica condição, que afeta os negócios nacionais, passa por três pontos essenciais, de acordo com especialistas. O primeiro é a falta de investimento. Segundo eles, o governo federal gasta apenas 1,5% do que arrecada em infraestrutura, enquanto que em países desenvolvidos o percentual vai a 5%.

Pior: com a crise que abate as contas públicas, essa condição só piora. Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostram que, apenas no último ano, o governo federal reduziu em 18,5% os investimentos em infraestrutura. “No passado, nos anos de 1970, o Brasil chegou a investir 5,4% em infra. O setor público tinha recursos e fazia isso, mas hoje não tem mais nada. Nos últimos anos, o Brasil gastou muito em custeio, mas não sobrou nada para infra”, conta Lanzana da FecomercioSP.

Se o investimento não é estatal, poderia ser privado. O País, contudo, ainda não conseguiu atrair o capital para infraestrutura – o segundo ponto na avaliação de quem estuda o setor. Pou-

quíssimas obras privadas saem do papel, mesmo com diversos pacotes de concessões sendo anunciados a cada mandato. O próprio governo Temer chegou a anunciar R\$ 45 bilhões em projetos, mas o segmento se mostra cético em relação a isso.

Isso porque, mesmo que o governo mantenha esperanças, as empresas buscam altos retornos, uma vez que o risco de investir por aqui não é baixo. Nessa hora, porém, o governo não está disposto a ceder.

Além disso, há ainda o terceiro fator: a demora das agências reguladoras. O engessamento de tais órgãos faz com que qualquer obra relativamente grande perca anos dentro de uma legislação complicada. Tudo isso faz com que as melhorias tão esperadas demorem a sair do papel. “Enquanto a produção cresceu a 8 milhões de toneladas, as exportações do Arco Norte, de 2009 a 2015, cresceram só 2 milhões de toneladas. Em pouco tempo, teremos um apagão logístico nessa região”, diz o superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi. “O nosso custo de frete hoje é quatro vezes maior que dos Estados Unidos e da Argentina. Nunca vai ser igual, mas quatro vezes vai onerar cada vez mais o produto”, afirma ele.

Apesar de desafios ainda latentes, o agronegócio brasileiro continua a trazer resultados robustos que ajudam o País a crescer e se desenvolver. Se a vocação do Brasil é alimentar o mundo, que façamos isso da melhor forma: melhorando nosso preparo e mantendo nossas habilidades para tal.

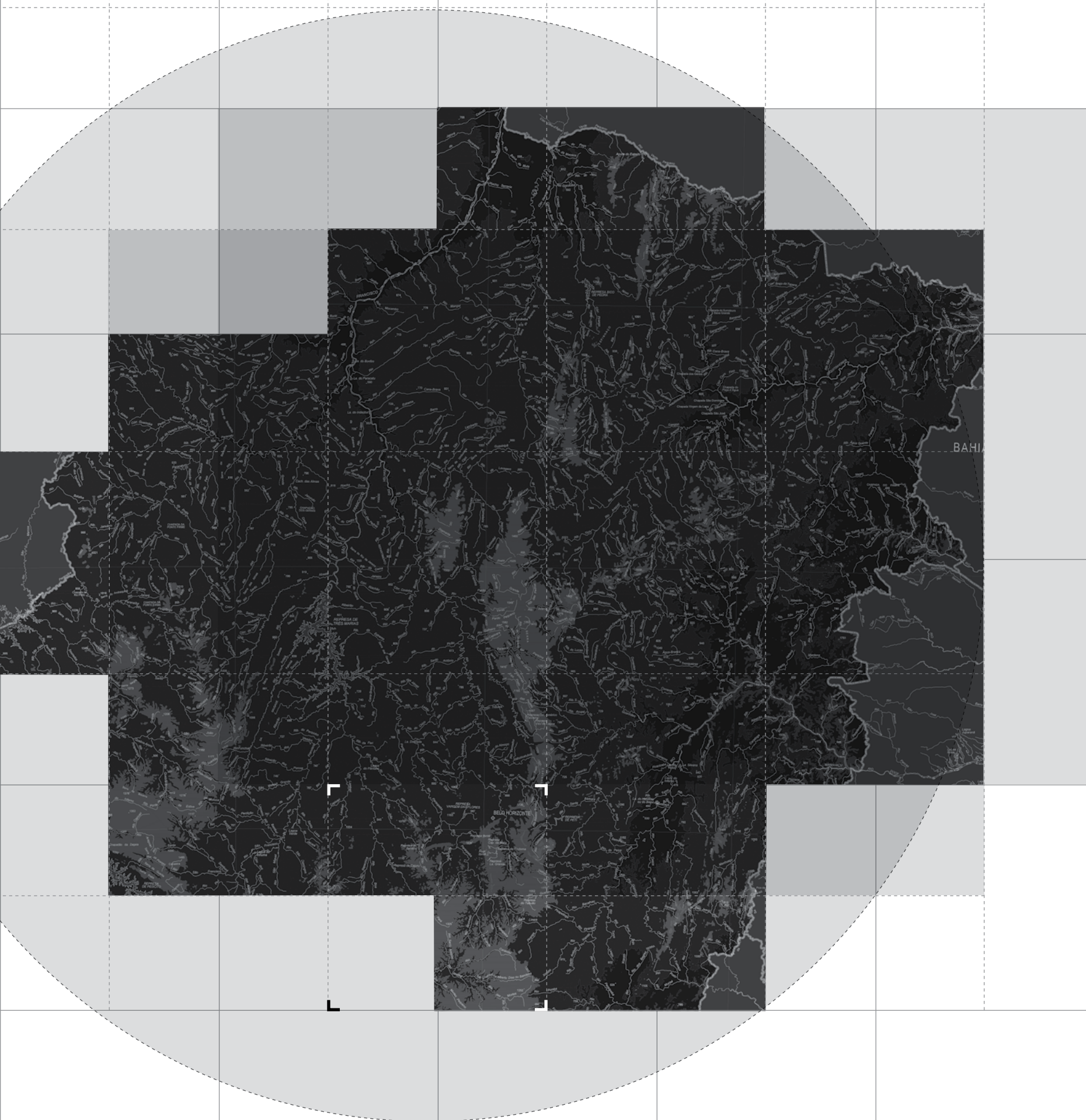
&



A REFORMA TRABALHISTA ALTEROU MAIS DE 100 PONTOS DA CLT. **VOCÊ TEM ALGUMAS DÚVIDAS?**

Desde novembro do ano passado, a Reforma Trabalhista trouxe muitos impactos e uma série de dúvidas. As mudanças são profundas e complexas. Por isso mesmo, a FecomercioSP está fazendo uma grande mobilização em seu portal para oferecer respostas e esclarecimentos a empregados e empregadores. São conteúdos, cartilhas, reportagens e análises sobre temas como a jornada de trabalho, contrato intermitente, rescisão, férias, home office, entre outros direitos, benefícios e obrigações.

ENTÃO, SE VOCÊ QUER ENTENDER DE
MANEIRA PRÁTICA, SIMPLIFICADA
E CONFIÁVEL TUDO O QUE MUDOU,
ACESSO WWW.FECOMERCIO.COM.BR.



Mapa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

MINAS GERAIS CRESCENDO COM A CORDA NO PESCOÇO

Após três anos de sucessivas quedas, o Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais encerrou 2017 com alta de 0,6%, de acordo com estudo da Fundação João Pinheiro. Apesar dos sinais de recuperação, o empresariado mineiro demonstra cautela. O principal motivo é a delicada situação fiscal do Estado, decorrente de uma dívida crescente com a União, que se aproxima da marca de R\$ 90 bilhões. A negociação do débito se arrasta há anos, o que resulta na falta de recursos para obras de infraestrutura nas regiões mais carentes.

texto GUILHERME MEIRELLES

“

Um bom mineiro só acredita na fumaça quando vê fogo, só arrisca quando tem certeza, não troca um pássaro na mão por dois voando”, disse, com sabedoria, o escritor João Guimarães Rosa. Embora distante no tempo, a frase se encaixa ao espírito cauteloso do empresariado de Minas Gerais, que ainda demonstra ceticismo com a recuperação da economia nacional. De acordo com o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), realizado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) em parceria com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), o empresariado mineiro está mais pessimista do que a média nacional. O ICEI de Minas Gerais ficou em 53 pontos, 3,5 abaixo do registrado em março, enquanto o índice nacional apontou 56,7 pontos. A metodologia do ICEI se baseia em duas variáveis: as condições atuais e a expectativa para os próximos seis meses, com oscilação de 0 a 100 pontos, sendo consideradas positivas avaliações acima de 50 pontos. No caso das condições atuais, a confiança caiu 2,8 pontos entre março e abril, atingindo 48,8 pontos, o que não ocorria desde outubro de 2017. Já o indicador de expectativas recuou 3,8 pontos ante o mês de março, estacionando em 55,1.

O pessimismo do setor industrial contrastou com os números do desempenho da economia mineira em 2017. De acordo com dados da Fundação João Pinheiro, o Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais fechou em alta de 0,6% em 2017, principalmente em razão do crescimento de 0,9% no quarto trimestre, comparado ao anterior. A recuperação ocorreu após três anos de queda sucessiva: -0,7% em 2014, -4,3% em 2015 e -1,8% em 2016. Em 2017, a retomada foi puxada pela performance do setor de serviços (0,9%), compensando a retração da agropecuária (-1,7%), que teve como responsável a queda na produção do café-arábica, principal produto da pauta agrícola. Por sua vez, a indústria apontou baixa de 1,4%, em razão da fraca atividade de setores diretamente relacionados à infraestrutura, casos de energia e saneamento (-7,2%) e construção civil (-6,4%).

Os dados positivos apontam ainda uma evolução do nível de emprego. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged),

O GRANDE DESAFIO PARA RESGATAR A CONFIANÇA DO EMPRESARIADO PASSA PELA BUSCA DE SOLUÇÕES QUE ESTANQUEM O CRESCIMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO

do Ministério do Trabalho, o Estado registrou um saldo favorável de 24,3 mil postos de trabalho no ano passado. Em janeiro, a economia mineira abriu 8,3 mil empregos formais, melhor desempenho dos últimos seis anos. Segundo dados da FIEMG, 67% dos empregos foram gerados por indústrias sediadas no interior, principalmente nas cidades próximas aos Estados de São Paulo e Goiás. Na região metropolitana de Belo Horizonte, houve um saldo negativo no nível de emprego. “Apesar dos números favoráveis, os empresários locais estão mais pessimistas e temem aumento de impostos. A falta de investimentos nas regiões mais carentes inibe recursos em função dos riscos e dos altos custos”, justifica o gerente de Estudos Econômicos da Superintendência de Ambiente de Negócios do Sistema FIEMG, Daniela Britto.

DÍVIDA PÚBLICA

O grande desafio para resgatar a confiança do empresariado passa pela busca de soluções que estanquem o crescimento da dívida pública do Estado. Segundo estudo elaborado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Minas Gerais é o segundo Estado em pior situação financeira, atrás apenas do Rio Grande do Sul. A situação é dramática em Estados como o Rio de Janeiro, e resulta de uma combinação de fatores, como gastos com pessoal, dívidas vultosas acima do permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e falta de recursos em caixa para pagar fornecedores, chegando a atrasar salários de

Secagem e virada do café em terreno da fazenda Ipanema Coffees, em Alfenas (MG). Minas Gerais representa 53% da produção nacional de café

Alf Ribeiro/Folhapress



servidores e aposentados. No fim de 2017, a dívida pública mineira era de R\$ 88,35 bilhões.

No caso específico de Minas Gerais, os gastos com folha de pagamento dos servidores atingiram 78% da receita corrente líquida (RCL), superando o limite permitido pela LRF, que é de 60%. A situação é ainda mais grave que no Rio Grande do Sul (76,1%) e no Rio de Janeiro (72,3%).

O estudo aponta ainda que Minas está entre os três Estados que ultrapassaram o limite de 200% de endividamento autorizado pela RCL muito acima da média nacional, que está em 60%. Com relação à liquidez de caixa, Minas Gerais está entre os cinco que deixaram mais restos a pagar em 2016, jogando R\$ 3,7 bilhões para 2017, o equivalente a 7% da RCL. O resultado do descontrolado das contas públicas foi o baixo investimento realizado em 2016, apenas 2,8% da RCL, o que explica o pessimismo da classe empresarial. Para Daniela, do Sistema FIEMG, as soluções não virão da noite para o dia. “O endividamento não é um problema conjuntural, mas estrutural.”

Para entender a crise financeira do Estado, é preciso voltar ao ano de 1999, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso renegociou as dívidas dos Estados, que, na época, eram de R\$ 112 milhões, mediante títulos da dívida da União. “As dívidas foram assumidas pela União, e os Estados se tornaram devedores. A negociação envolveu ainda as dívidas dos bancos estaduais e de alguns municípios. Em Minas, 180 cidades aderiram à renegociação”, recorda a coordenadora do núcleo mineiro da Auditoria Cidadã da

Dívida Pública e membro do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), a economista Eulália Alvarenga.

Em pouco tempo, percebeu-se que a operação foi desvantajosa para os Estados. “Títulos que valiam 30% foram recebidos pela União pelo valor de face e transferidos para o setor privado”, explica Eulália. A negociação, definida por ela como uma “agiotagem da União”, foi fechada com taxa de juros anuais entre 6% e 7,5% e comprometimento da RCL de acordo com a capacidade de pagamento de cada Estado. No caso de Minas Gerais, há o comprometimento de 13% da receita para o pagamento da dívida. “Esse acordo praticamente inviabilizou a capacidade no investimento de obras de infraestrutura. Houve ano em que Minas pagou R\$ 3 bilhões à União”, protesta. Com a cobrança da União na forma de juros compostos, Minas Gerais paga, hoje, 7,73%, e a dívida se tornou uma bola de neve, em que pese as inúmeras tratativas dos governos estaduais em Brasília. “A dívida era de R\$ 63 bilhões em 2013, passou para R\$ 70 bilhões em 2014, para R\$ 77 bilhões em 2015 e fechou 2016 se aproximando de R\$ 90 bilhões”, demonstra a economista.

No fim do ano passado, o governo estadual obteve um acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para prorrogar em dez anos uma dívida de R\$ 1,2 bilhão, contraída em razão de dois empréstimos: R\$ 1,1 bilhão para o Programa Proinveste e R\$ 88 milhões como auxílio à execução de planos plurianuais e para cumprimento da lei orçamen-

tária. “Nenhum governo enfrentou ou buscou saídas para conter o déficit dos Estados. Todos os governos têm aplicado uma política econômica de controle da inflação, câmbio flutuante e superávit primário, o que, na prática, prejudica os Estados. Existe uma política tributária concentrada nas mãos da União, o que descaracteriza os princípios fundamentais de uma República Federativa”, contesta Eulália.

O governador Fernando Pimentel (PT) tem se reunido com colegas de outros Estados na busca de formas de compensação pelas perdas provocadas pela Lei Kandir, que concede isenção do ICMS nas exportações, sem repasse aos produtores. Estimativas projetam que a União deva R\$ 135,67 bilhões a Minas Gerais, cujas exportações se concentram em produtos primários. No ano passado, por exemplo, as exportações mineiras atingiram US\$ 25,349 bilhões (11,64% das exportações brasileiras), crescimento de 15,64% em relação a 2016, mas volume inferior ao recorde obtido em 2011, que alcançou a marca de US\$ 41,392 bilhões.

As variações se devem à flutuação do preço das commodities, em especial do minério de ferro, que representou 34% do total exportado no ano passado. “Em agosto de 2011, houve o pico histórico nos preços da tonelada do minério de ferro, com US\$ 138/tonelada. Em fevereiro deste ano, o preço foi de US\$ 56/tonelada”, compara o diretor do Departamento de Estatística e Apoio à Exportação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC),

Historicamente, a economia de Minas Gerais foi dominada pela mineração. O café chegou no século 19 e, com ele, surgiu uma elite que ganhou dimensão nacional na economia e na política do Brasil nas primeiras décadas do século 20

Herlon Brandão. Em razão dessa volatilidade, os números do primeiro trimestre de 2018 estão 14,77% abaixo dos registrados no mesmo período do ano passado. Além do minério de ferro, os principais produtos de exportação são café em grão não torrado, nióbio, celulose, ouro, soja e cana-de-açúcar. Os principais destinos dos produtos são China, Estados Unidos, Países Baixos (via porto de Roterdã, para distribuição nos países da União Europeia), Argentina e Alemanha. “Em razão de seu potencial, Minas Gerais é dos Estados que mais demandam atenção do MDIC em ações de estímulo e treinamento às exportações para pequenas e médias empresas”, afirma Brandão.

Com uma população estimada em 21.119.536 pessoas, distribuídas em 853 municípios, Minas é o segundo Estado mais populoso do Brasil, atrás apenas de São Paulo. Cerca de 4,9 milhões vivem na região metropolitana de Belo Horizonte, que inclui os municípios de Contagem, Betim e Nova Lima. Betim se tornou nacionalmente conhecida por abrigar a entrada da Fiat no mercado brasileiro, o que gerou uma grande rede de fornecedores de autopeças. É, hoje, a principal arrecadadora de ICMS do Estado. O PIB nominal é estimado em R\$ 573,66 bilhões, segundo a Fundação João Pinheiro, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro. O Índice de Desenvolvimento Humano, que, segundo o IBGE, é de 0,731 (o do Brasil é 0,754, de acordo com a ONU), pode ser explicado pela desigualdade presente no território de 586.520,732 quilômetros quadrados, o equivalente a um país das dimensões da Espanha. As áreas mais desenvolvidas estão nas regiões do Triângulo Mineiro, do Alto Paranaíba e do Sul de Minas, com forte presença da pecuária e culturas de café, soja e cana-de-açúcar, além da

região metropolitana de Belo Horizonte. “As regiões ricas convivem com áreas carentes, como o Vale do Jequitinhonha/Mucuri, próximo à Bahia, que sente os efeitos do clima semi-árido, mas são regiões ricas em minérios, como lítio e pedras preciosas, perto de Teófilo Otoni”, afirma o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), Roberto Simões.

Historicamente, a economia de Minas Gerais foi dominada pela mineração, o que inibiu a introdução da lavoura. O café chegou apenas no século 19, e, com ele, surgiu uma elite que ganhou dimensão nacional na economia e na política do Brasil nas primeiras décadas do século 20. “Houve ano em que o PIB do Estado tinha mais de 20% de participação do setor agropecuário, um dos mais diversificadas do Brasil. Produzimos 53% do café nacional e 30% de leite e derivados, temos um rebanho bovino com mais de 20 milhões de cabeças, 850 mil equinos e 1,8 milhão de hectares em florestas plantadas”, enumera o presidente da FAEMG.

TRADIÇÃO × INOVAÇÃO

Em 2015, o governo estadual criou o programa Minas Digital, com planos de investimento de R\$ 1 bilhão nos próximos dez anos em tecnologia e empreendedorismo. O objetivo é tornar o Estado o maior polo de inovação e tecnologia da América Latina. Segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes), já foram investidos mais de R\$ 200 milhões em programas de formação empreendedora, aceleração, incentivo à tecnologia e inovação, qualificação profissional, integração e conexão com o mercado.

Complexo arquitetônico Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, sede oficial do Governo do Estado de Minas Gerais. O plano da cidade administrativa foi elaborado por Oscar Niemeyer, tendo as obras sido concluídas em fevereiro de 2010. A construção foi custeada pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais



Alexandre Rezende/Folhapress

De acordo com a Associação Brasileira de Startups (ABS), o Estado conta com cerca de 600 empresas ativas. Algumas iniciativas já se tornaram realidade. É o caso do espaço São Pedro Valley, no bairro de São Pedro, Belo Horizonte. São 250 empresas de base tecnológica, oito aceleradoras, duas incubadoras de empresas, dez espaços de trabalho compartilhado (coworking) e cinco empresas de *venture capital*. A capital mineira sediou duas edições da Feira Internacional de Inovação e Tecnologia (Finit), com presença de visitantes e expositores da América Latina. Na área de tecnologia da informação, são 5 mil empresas com faturamento anual de R\$ 2,4 bilhões e que geram 33 mil empregos diretos.

Nos próximos anos, a meta do governo estadual é promover o Inova Pró, programa que selecionará projetos de startups em desenvolvimento por alunos e professores da pós-graduação *stricto sensu* de faculdades e universidades públicas sediadas no Estado. O projeto prevê a inserção de 100 mil alunos impactados por ações de empreendedorismo e inovação, com professores de instituições públicas e privadas, com startups universitárias e 34 espaços nos *campi* das escolas participantes.

PERSPECTIVAS

Em 2017, o PIB do agronegócio mineiro caiu 5,96% em relação a 2016. A expectativa é fechar o ano com números mais alentadores, de acordo com a FAEMG. O crescimento previsto deve vir por meio de ajustes positivos nos preços reais das commodities. O setor acredita que será beneficiado pela guerra comercial dos Estados Unidos contra a China, cujo impacto pode refletir no aumento das exportações de proteína animal para o mercado chinês. As projeções são mais otimistas para os ramos de papel e celulose, têxtil, café, fumo e bebidas, atividades mais sensíveis nesse período de recuperação do poder de consumo no mercado interno. No caso da cana-de-açúcar, a expectativa é uma reversão de duas temporadas consecutivas de déficit no balanço entre produção e consumo mundial. O aumento da produção na Índia, na Tailândia e na União Europeia fortalecem a sensação de superávit para a safra 2018/2019, pressionando os preços no mercado doméstico brasileiro. Na pecuária, os produtores deverão redimensionar suas estruturas, princi-

palmente os que operam no ramo de aves, em virtude do embargo às exportações brasileiras pela União Europeia. O setor tende a ficar em compasso de espera pela recuperação do mercado doméstico para aumento do consumo.

Já a FIEMG acredita em um crescimento de 2,57% do PIB mineiro, o que representaria uma continuidade da recuperação do mercado de trabalho, fator essencial para alavancar o volume de serviços e a expansão industrial, sobretudo na construção civil e na indústria de transformação. A entidade projeta um crescimento de 3,33% na produção industrial, alta de 3,66% no comércio restrito (excluídos alimentos, combustíveis, veículos e materiais de construção), aumento de 0,4% na massa salarial da indústria e elevação de 2,04% no faturamento da indústria. Com relação ao setor de extração de minério, principal fonte das exportações, a entidade já não se mostra otimista. As perspectivas para 2018 são de preços menores e de queda das exportações mineiras. O motivo é a reorientação da extração do minério de ferro das unidades locais da Vale para as plantas situadas no Pará. O Estado sentirá também o arrefecimento da demanda chinesa, que já derrubou em 16,8% os preços do minério de ferro em março como consequência imediata do anúncio do governo norte-americano em sobretaxar a importação de produtos siderúrgicos de determinados países. Assim, as indústrias mineradora e siderúrgica tendem a ficar reféns da demanda chinesa, que, somadas aos elevados estoques no mercado global, reforçam a perspectiva de redução dos preços internacionais ao longo do ano. No mercado interno, o setor siderúrgico deve obter melhores resultados, principalmente em razão da maior procura dos ramos automotivo, dos bens de capital e da construção civil, fortes demandantes do aço.

&

RENOVAÇÃO POLÍTICA: UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES?

R

Momentos de crise aguçam nossas percepções sobre problemas que nem sempre são recentes, mas que, por vezes, estão diluídos em questões cotidianas. Os episódios que tiveram lugar na política brasileira nos últimos dois anos – somados a baixos indicadores de emprego, renda e investimento – legaram à população um sentimento agudo de descontentamento com a política e com os políticos.

Nesse contexto, o termo “renovação política” tem sido empregado com regularidade e parece, ao mesmo tempo, simbolizar uma ânsia pelo “novo” e carregar a percepção de que o novo é algo bom. A frequência do uso nem sempre vem acompanhada de precisão conceitual e pode estar ligada a elementos tão distintos, como o estímulo à ocupação de pessoas mais jovens em cargos executivos e legislativos, à substituição dos atuais eleitos por pessoas que nunca tenham disputado eleição ou, ainda, à substituição por pessoas sem êxito em disputas anteriores. No âmbito da literatura, o termo foi tratado por autores como Araújo (2002), Schmitt (1999) e Fleischer (1980) e tem sido medido por indicadores como taxa bruta de reeleição (TBR) e taxa de conservação (TC).

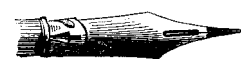
Uma análise da Câmara dos Deputados, realizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), revela que a taxa de substituição parlamentar nas últimas sete legislaturas ficou entre 40% e 50%. Ainda nesse sentido, utilizando outros recortes temporais, Samuels (2003) aponta uma taxa média de 50%, enquanto Pereira e Rennó (2007), de 32%.

A despeito das diferenças, uma afirmação é possível: a renovação, se tomada como sinônimo quantitativo da substituição por indivíduos que não faziam parte do parlamento nos anos anteriores – não só acontece como se dá em taxas relativamente altas. Assim, a pergunta que deveríamos nos fazer não é sobre se haverá re-

novação na próxima legislatura, mas por qual razão, apesar das sucessivas renovações, não há melhora na percepção do ambiente político e na qualidade das políticas no Brasil.

Algumas hipóteses: a discussão no País ainda está muito calcada na figura do Executivo e em Brasília. A cada quatro anos, são eleitos mais 70 mil agentes políticos, mas, em geral, acredita-se que uma única figura será a responsável pela melhoria do estado de coisas. Praticamente se ignora a existência de mais de 56 mil vereadores, assim como a de 1.059 deputados estaduais em nossas assembleias legislativas; o exercício da política está resumido quase que exclusivamente ao momento da urna, implicando baixo acompanhamento posterior, pela população, dos eleitos; o pouco entendimento sobre o sistema eleitoral proporcional e o uso estratégico disso pelas legendas, que transformam a lógica coletiva da distribuição das cadeiras numa lógica personalista e individualista na visão do cidadão; e a dificuldade dos governos em garantir à população os elementos materiais da democracia, capazes de significar melhora na qualidade de vida das pessoas.

Carecemos de melhorias diversas na política, e problemas complexos são problemas multifatoriais. A melhora passa pelo uso consciente dos recursos públicos que os eleitos têm à sua disposição; pela qualificação dos mandatos executivos e parlamentares; pela redução das barreiras e dos custos de entrada a novos agentes políticos; pela possibilidade de que grupos sub-representados estejam presentes nos parlamentos; pela transparência no interior dos partidos políticos; pela redução das desigualdades econômicas e sociais que tornam a política e o seu exercício privilégio de poucos; e, ainda, pela educação do eleitor. Se as primeiras se referem a um universo de cerca de 70 mil pessoas, as duas últimas remontam a mais de 200 milhões. Não podemos cair na armadilha de acreditar que a melhora se trata somente de uma questão quantitativa ou de renovação dos quadros, sob pena de assistirmos, 60 anos depois, a uma simples “circulação de elites”, descrita de maneira tão primorosa por Raymundo Faoro ainda em 1958.



MÔNICA SODRÉ

é cientista política, doutora em Relações Internacionais pela USP, professora de pós-graduação em Ciência Política e é diretora-executiva-adjunta da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps)

&



“FALA SÉRIO!”

Achismo, palpite, pitaco, papo-furado e bate-boca é o que mais tem por aí. E com opinião rasa e blá-blá-blá não tem jeito. Se você quer diálogo de verdade, com clareza, seriedade e troca de ideias entre pessoas que sabem o que estão falando, no **UM BRASIL** não falta assunto (nem gente) para conversar.

E AÍ, VAMOS FALAR SÉRIO SOBRE O NOSSO PAÍS?

Acesse o novo site
UMBRASIL.COM e venha
pensar com a gente.



jean galvão



UM BRASIL



@CanalUMBRASIL | WWW.UMBRASIL.COM

UM PAÍS PREOCUPADO COM A IMAGEM

texto DANIEL BUARQUE, de Londres | ilustração PEDRO SILVÉRIO



D

“Deu no *New York Times*, deu no *New York Times*”, repetia o cantor Jorge Ben Jor no início da década de 1990, no refrão do que se tornaria uma de suas músicas mais simbólicas: “W/ Brasil”. A afirmação simples sobre a repercussão externa de algo que aconteceu no País, de uso comum entre a população, é reveladora de uma característica marcante da Nação. Ela reflete a relação de interesse dos brasileiros pelo que a imprensa internacional diz a respeito do Brasil. O que é relevante aparece na mídia estrangeira. O que aparece nos jornais do resto do mundo é importante.

Independentemente de ser a cobertura do *The New York Times*, a capa da *The Economist* mostrando o Cristo Redentor decolando como um foguete, os editoriais do *The Guardian*, as análises do *Le Monde* ou as imagens mostradas pela CNN, o fato é que a atenção e a preocupação com a imagem de si próprio na imprensa

internacional é uma constante na história do País. De forma quase obsessiva, os brasileiros acompanham os reflexos do que acontece em suas vidas pelas lentes de quem vê a Nação de fora, com um olhar externo, um espelho da própria realidade.

Durante os anos de crescimento e estabilidade, isso significou comemorar capas de publicações importantes. Com as crises política e econômica recentes, viu-se que o tom adotado para descrever o País se tornou mais negativo. E a partir do acirramento das disputas políticas no Brasil nos últimos anos, o interesse brasileiro se converteu ainda em uma batalha pela narrativa internacional sobre o que acontece em território nacional. No impeachment de Dilma Rousseff e na prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, houve um forte movimento em torno do que se dizia a respeito do País no resto do mundo.

Segundo o presidente da Imagem Corporativa – agência que realiza o principal levantamento regular sobre o que a imprensa internacional diz a respeito do Brasil –, Ciro Dias Reis, esse interesse é justificado porque existe uma tendência no Brasil de se valorizar o que se faz lá fora. “É uma característica muito comum. Sempre se procura saber sobre o que está acontecendo nos Estados Unidos, na Europa. Existe esse olhar para fora. Isso [que se fala sobre o País na imprensa estrangeira] é um desdobramento dessa cultura.”

O editor-executivo da BBC Brasil, Caio Queiro, faz avaliação parecida. Segundo ele, um dos motivos para isso é o fato de o Brasil sempre ter buscado um modelo externo. “Estamos de olho em países que são modelos de desenvolvimento para a elite brasileira a fim de entender o que eles falam, para nos entendermos melhor, entendermos os parâmetros do nosso desenvolvimento”, explica.

O repórter brasileiro da agência internacional de notícias Associated Press, Maurício Savarese, faz um contraponto. Para ele, a imprensa brasileira perde tempo demais pensando no que a mídia estrangeira diz. Um dos motivos para isso, alega, é que o Brasil “toma o que é reportado por estrangeiros como uma questão civilizatória sobre nós mesmos”, diz.

Reis alega que essa cobertura internacional é muito importante. “Uma reportagem no *The New York Times* é replicada no mundo inteiro

“A MAIORIA DOS PAÍSES EMERGENTES ESTÁ PARTICULARMENTE PREOCUPADA COM O QUE AS GRANDES POTÊNCIAS DIZEM SOBRE ELES. ISSO ESTÁ RELACIONADO A PROCESSOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS.”

CÉSAR JÍMENEZ-MARTÍNEZ,
pesquisador chileno

e tem uma relevância muito grande. Já uma matéria no *Financial Times* ou na *Economist* pode ter um forte impacto no mercado financeiro, no meio econômico”, explica.

Mas essa não é uma característica só do Brasil, segundo o pesquisador chileno César Jiménez-Martínez, que estudou a imagem do Brasil durante os protestos de 2013 em seu doutorado na London School of Economics (LSE). “A maioria dos países emergentes está particularmente preocupada com o que as grandes potências dizem sobre eles. Isso está relacionado a processos históricos, políticos e econômicos”, pontua. Apesar de não ser um traço exclusivo brasileiro, ele acredita que o interesse nacional é amplificado em decorrência da “aspiração histórica que o País teve de se tornar uma grande potência global”.

Em *A diplomacia na construção do Brasil – 1750-2016* (Ed. Versal), recente livro sobre a história da diplomacia brasileira, Rubens Ricupero explica que a busca por reconhecimento e prestígio sempre foi uma das principais pautas do Brasil no cenário internacional – o que também justifica o interesse pela imprensa estrangeira. A mídia do resto do mundo é, em grande parte, responsável por moldar a percepção que os estrangeiros têm do País, então, faz algum sentido que se preste atenção nela.

A IMAGEM

O ano de 2017 chegou ao fim registrando um dos piores momentos da imagem do Brasil, com rebaixamentos em quase todos os rankings internacionais de reputação de países. Estudos globais como o “Nations Brands Index” e o “Soft Power 30”, que medem por meio de pesquisas de opinião a qualidade da reputação nacional no mundo, mostraram acentuada queda na forma como o País é visto internacionalmente – um reflexo tardio das crises política e econômica e da sua exposição questionável durante a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016.

Um levantamento sobre como o Brasil foi tratado pela imprensa internacional ao longo de 2017 revela, entretanto, que o tom da cobertura da imprensa estrangeira começou a ficar mais positiva no fim do ano, e que a proporção de notícias de teor negativo começou a cair. Segundo um relatório do estudo “I See Brazil (IC Brazil)”, houve uma “ligeira melhora” no tom usado no resto do mundo para descrever a Nação. O estudo, que analisou menções ao Brasil em jornais estrangeiros ao longo do ano passado, indica que 77% das notícias sobre o País tinham tom negativo. Apesar de ainda serem mais de três quartos dos textos publicados em alguns dos principais jornais do mundo, é uma melhora em comparação aos 81% de cobertura negativa registrados no ano anterior. Os índices apontam a inversão da qualidade da imagem nacional ao longo da última década. O País passou de uma

situação em que 80% das menções a ele no resto do mundo eram positivas para um momento em que só 20% das referências eram positivas.

A pesquisa de doutorado de Jiménez-Martínez aponta especificamente para as Jornadas de Junho como o ponto de virada, momento em que a imagem internacional do País passou de positiva a negativa. Ali, ele explica, houve uma disputa pela imagem que se construiria do Brasil, e manifestantes chegaram a levar cartazes em inglês para protestos nas ruas. Apesar de um otimismo inicial, em que estrangeiros viam nas manifestações um sinal de democracia, o que se construiu foi uma cascata de notícias negativas que mostravam, pela direita e pela esquerda, que a política brasileira não funcionava muito bem.

Segundo Reis, é possível dizer que, num olhar de longo prazo, predominam percepções equilibradas sobre o País. “Quando o Brasil estava bem

economicamente, com pleno emprego e aumento do grau de investimento, a sensação generalizada é que havia consistência. A mensagem principal é que o Brasil havia encontrado seu caminho. Era longo, mas havia sido encontrado. Hoje, essa percepção se reverteu. A questão hoje é: o Brasil perdeu seu rumo? Existe muita dúvida para onde estamos indo.”

O que se percebe como imagem desfavorável da política na imprensa estrangeira é a revelação de um país em que o sistema tem muitos problemas em sua raiz, favorecendo a manipulação e o populismo. A análise internacional do impeachment de Dilma Rousseff, por exemplo, foi muito negativa. Por mais que, no geral, não tenha se consolidado o discurso de que houve um golpe de Estado, a avaliação mais forte foi de que não foi um processo equilibrado, justo ou positivo para o Brasil. Essa abordagem é semelhante à que se viu a respeito da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Embora se admita que ele não seja inocente, o processo parece cheio de deficiências quando analisado pela imprensa internacional, que tenta explicar o que acontece no País para um público pouco familiar com as nuances da política brasileira.

Para Savarese, da AP, é importante ressaltar que a mídia estrangeira não trabalha para leitores brasileiros. “Ao olhar a 10 mil metros do solo, o que está acontecendo em um país, a mídia estrangeira consegue reportar ao mundo quanto um país respeita valores democráticos, de direitos humanos, econômicos. Essa baliza que influencia tomadores de decisão estrangeiros acaba se refletindo também aqui, embora de forma sutil e nem sempre relatada pela mídia local”, diz.

ESTERIÓTIPOS E EQUÍVOCOS

Esse é um ponto central da cobertura feita pela mídia estrangeira a respeito do Brasil. Ao tratar das notícias brasileiras sob um ponto de vista externo, apresentando os fatos a um público também estrangeiro, os jornalistas do resto do mundo precisam ter uma atenção muito maior a contextos e explicações. Há uma constante tentativa de resumir e explicar para leigos, o que gera uma cobertura por vezes diferente e interessante.

Isso acaba saindo muitas vezes com simplificação, entretanto, e com estereótipos que ajudam as pessoas que não conhecem o Brasil a entender o contexto dos fatos. Segundo Quero, da BBC, é importante ter atenção à forma como se lida com as notícias publicadas pela imprensa estrangeira, pois muitas vezes também é possível ver equívocos nesse olhar externo. Como “avaliações erradas por falta de conhecimento sobre o Brasil, falta de entendimento da dinâmica do País, ou mostrando só um dos lados como se fosse toda a realidade”.



&

POLÍTICA EXTERNA E IDENTIDADE NACIONAL

> Em cinco décadas de serviço diplomático, **MARCOS DE AZAMBUJA** representou o País nas embaixadas de Buenos Aires e Paris, foi secretário-geral do Itamaraty e um dos principais responsáveis pela Eco-92. O embaixador aposentado discute o papel do Brasil no século 21 e comenta grandes desafios globais.

entrevista JAIME SPITZCOVSKY
foto CHRISTIAN PARENTE

Qual é o papel do Brasil no século 21, um período histórico de mudanças, com a ascensão meteórica da China?

Se o Brasil não der certo, o mundo não vai dar certo. Não como pretensão, mas porque o Brasil é um microcosmo. O Brasil é uma síntese de raças, de culturas, de situações, de espaços. Portanto, é importante para o mundo que [o Brasil] dê certo. Se nós não dermos certo, as condições para o mundo ficam prejudicadas, então a Nação tem um papel crescente. Há agora uma tendência a achar que o Brasil era um país que se jugava inferior ao que era; um país vira-lata. A expressão ganhou certo trânsito, mas o Brasil tem de jogar dentro de suas possibilidades. Nem excesso de protagonismo, nem excesso de modéstia. O Brasil está chegando lá: quase uma grande potência, mas ainda só uma potência regional com projeções mundiais.

As elites econômicas e políticas brasileiras dão a devida importância à política externa e à inserção do País no cenário global?

Não. Isso é até natural, porque o Brasil tem tido uma geografia e uma história tão serenas. O País é um remanso estratégico, é um lugar em que pouca coisa acontece em termos de repercussão mundial. Nós estamos fora dos grandes eixos de tensão, não estamos na linha dos grandes conflitos. Historicamente, o Brasil não tem vizinhos que o guiassem, tampouco está em alguma daquelas linhas de divisão de poder ideológico ou militar, então tem uma posição confortável. Por isso, a política externa tem um interesse acessório, mais de curiosidade do que de preocupação. Nós não temos uma guerra com um vizinho há mais de cento e poucos anos; na nossa lembrança, o conflito é uma coisa remota.

Em plena globalização, o Brasil pode se dar o luxo de ter a política externa como interesse secundário?

Não, mas o País consegue manter a ilusão de sua autonomia. O Brasil tem uma tendência a achar que não está integrado ao mundo, que conflito é sempre lá e nós somos uma ilha de paz protegida. Não se inscreve nas grandes cadeias mundiais de produção e de comercialização. O preço que o Brasil paga pela suposta paz e tranquilidade é uma certa irrelevância nos grandes processos internacionais. É um país que demora muito em acertar. O que eu estou convencido é que o Brasil vai se arrumar, não por uma definição central de um governo, mas por acertos setoriais. Pela complexidade, não se trata de um país que possa ser governado de uma cidade, há diversos polos naturais de crescimento. É preciso que se aceite isso: não há uma fórmula única, centralizadora. O que vai haver em certo momento é um somatório de acertos que vão produzir o Brasil que nós tanto esperamos.

O senhor testemunhou o nascimento do Mercosul, em 1991, quando era embaixador em Buenos Aires. Qual é a sua avaliação desse bloco?

O Mercosul deu certo no que não se esperava. Deu certo como um processo de integração político-democrático, fortaleceu as democracias, o entendimento, a amizade; e não deu muito certo como uma zona de economia integrada. Porque os países queriam uma retórica da integração econômica, mas estávamos todos casados com a ideia do nacionalismo econômico. Essa diferença entre o discurso e o comportamento é muito frequente no Brasil. É um país que professa a integração e cultiva o isolacionismo.

A Aliança do Pacífico, iniciada em 2012 e que reúne México, Chile, Colômbia e Peru, avançou mais do que o Mercosul nos últimos anos. Devemos ter inveja dela?

Eu acho que sim. O Pacífico está dando mais certo que o Atlântico Sul. Uma inveja não de rancor, mas de emulação. O Brasil tem de desenvolver estradas, ferrovias, acessos portuários. Estamos muito perto do Pacífico. No Acre, a distância é de 250 quilômetros, o que em termos geopolíticos não é nada. Primeiro, nós temos de desenvolver a costa brasileira que dá para o Oeste. Portanto, há aí uma engenharia política a ser perseguida. Eu creio que há caminhos. Em relação ao aceite da adesão da Venezuela, houve um erro de antecipação: ela entrou cedo demais e, em vez de fortalecer o sistema, enfraqueceu-o. É um grande país e um sócio desejável, mas não estava totalmente harmonizado com os objetivos do Mercosul. Parece paradoxal, mas nós somos vizinhos distantes, temos com a Venezuela uma relação tangencial. Quem importa

para Venezuela imediatamente são a Colômbia, o Peru e o Equador, países com quem tem grande afinidade, uma história compartilhada e total integração política.

Não é um paradoxo que o Brasil, que o senhor descreve como um "oásis de calma no cenário internacional", esteja vivendo em plena ebulição política?

É uma contradição real. O Brasil é um país retardatário que, quando chega a fazer certas coisas, o mundo já deixou aquela etapa. Historicamente, sempre que há um surto de desenvolvimento, ele costuma vir acompanhado de imensa corrupção. Nos Estados Unidos dos séculos 19 e 20, na Inglaterra do século 18, a história do desenvolvimento é a história de ações predatórias para fora e corrompidas para dentro, mais ou menos. Mas o País vive isso em um momento que a sociedade internacional não tolera mais esse comportamento. É uma situação de difícil acomodação: como corrigir pecados graves, éticos, uma democracia cheia de fragilidades, ao mesmo tempo em que se promove um crescimento acelerado? O impacto dos escândalos de corrupção recém-revelados demonstra o aspecto negativo de uma sociedade incapaz de se policiar e de se autocontrolar. Por outro lado, há outro aspecto que redime o primeiro, que é a ideia de uma sociedade capaz de fazer uma correção de rumos, sem sacrificar suas instituições. O que tem se destacado pelo mundo afora é que o Brasil não está se corrigindo porque o mundo cobra isso dele, mas porque ele mesmo não aceita mais o tipo de sociedade que ele era.

Na sua opinião, até onde chegará essa onda nacionalista na Europa e quais as suas repercussões no Brasil?

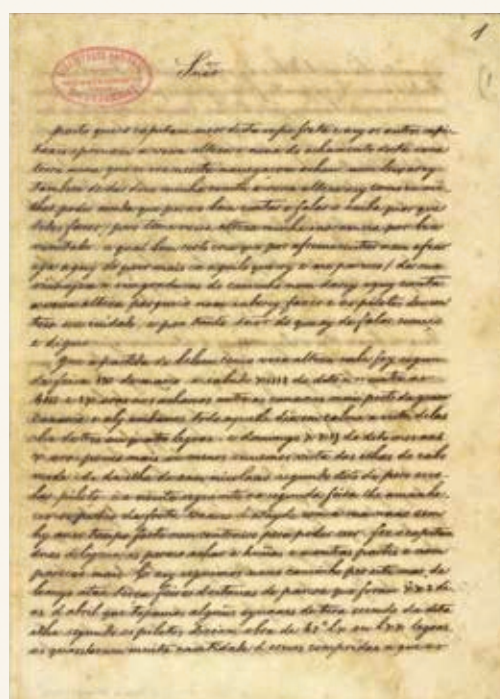
A União Europeia é uma das grandes construções políticas e econômicas da história. Há 60 anos estamos vivendo um dos ciclos mais duradouros de paz e riqueza da história da humanidade – senão o maior. Mas há problemas, por exemplo, os dois países europeus que ela não reconhece como sócios, a Turquia e a Rússia. Há ainda o problema da imigração, que deixou de ser um fato ocasional para ser um movimento imenso de pessoas fugindo de situações intoleráveis. Então, o que há na Europa hoje é o medo de uma sociedade de desaparecer na sua própria imagem, de não ser mais ela mesma. Na minha experiência, a imigração é bem-vinda até o ponto em que pode ser absorvida. Depois de um certo volume, ela ameaça a identidade de quem recebe os imigrantes. Em princípio, os movimentos migratórios que o Brasil recebeu foram desejados e nenhum deles teve um efeito demográfico tão decisivo. O País nunca recebeu um grande número de não cristãos, por exemplo. Nós temos uma grande massa sírio-libanesa, mas não islâmica.

Assista esta e outras entrevistas da plataforma **UM BRASIL**, que aborda questões dos quadros político e socioeconômico do Brasil. Saiba mais em www.umbrasil.com



RETRATOS DO BRASIL

Carta. [Do gr. *chártes*, pelo lat. *charta*.] S. f. 1. Comunicação manuscrita ou impressa devidamente acondicionada e endereçada a uma ou várias pessoas; missiva, epístola. (*in: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*; 4ª. Edição, Curitiba; ed. Positivo, 2009)



texto MARCO CHIARETTI

Cartas, aquele estranho tipo de documento em papel, geralmente trocado entre duas pessoas, o (ou a) autor(a) da carta e seu (ou sua) destinatário(a), não são coisa deste nosso tempo. Foram enviadas e recebidas por milhares de anos. Foram, mas não são mais, ou quase – o que faz com que boa parte dos brasileiros (e dos humanos, a propósito) nunca tenha visto ou escrito uma. Serviram para transmitir de tudo: sentimentos como esperança, ódio, decepção, problemas, soluções, amor, intenções. Foram sendo substituídas por formas imediatas de comunicação que, embora escritas, simulam a comunicação oral, em sua quase simultaneidade. Cartas representavam a passagem do tempo. E-mails e mensagens eletrônicas e digitais eliminam o tempo.

Há alguns anos, uma editora publicou um livro de cartas, em língua inglesa. À diferença da comum e corrente coleção epistolar entre duas pessoas, o volume em questão (*Cartas extraordinárias*, publicado no Brasil pela Companhia das Letras) trazia 125 documentos, de várias épocas, com vários autores e destinatários, do mundo todo. A ideia, muito boa, frutificou: a mesma editora brasileira do volume internacional pediu a um conhecido jornalista, Sérgio Rodrigues, que fizesse o mesmo, pensando no Brasil, nos brasileiros e em todos que por estas terras passaram ou viveram. Deu no que deu – *Cartas brasileiras* é um retrato da alma brasilica, por

C

meio de um conjunto de missivas, escritas desde que o Brasil existe. Aliás, desde que ele começou a existir, já que uma dessas cartas é justamente aquela que Pero Vaz de Caminha escreveu a seu rei, lá em 1500.

Rodrigues é mineiro, mas mora há anos no Rio de Janeiro. Escreve sobre vários assuntos e é bem conhecido por seu amor pela língua portuguesa. É dele o best-seller *Viva a língua brasileira*, um compêndio de dicas e sugestões para todo aquele que use nossa língua para se comunicar. A coleção que ele organiza é também isso, um livro de um apaixonado pela língua.

Esse volume de cartas se lê com tanto prazer quanto aquele sobre o português e aquele de cartas do mundo. É um belo livro, divertido, prazeroso, um elogio à humanidade – mesmo quando reflete o mal que os homens se fazem. E uma elegia ao Brasil.

São 80 cartas, algumas escritas à mão, outras, datilografadas. Várias, nem em português foram escritas. Duas, são as últimas, a de Getúlio Vargas (que, de fato, são duas, uma manuscrita e outra datilografada, revelada vários dias após sua morte) e a de Stefan Zweig. Há uma carta de Charles Darwin, sobre as belezas do País, sobre injeos e sobre uvas passas, e outra do pintor Iberê Camargo, falando de satélites soviéticos (a União Soviética ainda existia em 1953, quando a carta foi escrita). Há cartas de

SÉRGIO RODRIGUES COMENTA SOBRE A OBRA

PROBLEMAS BRASILEIROS – Por que essas 80 cartas? E por que 80 e não cem? Ou 101? Ou 51?

SÉRGIO RODRIGUES – Por que não essas e por que não 80? São as únicas respostas possíveis. Descontadas duas ou três cartas ditas obrigatórias, minha seleção se assume como radicalmente impressionista, uma proposta de passeio pelo mundo das cartas, entre infinitas outras possibilidades.

PB – Qual delas mais o impressionou? Qual delas achou mais engraçada? Mais triste?

SR – É difícil fazer escolhas desse tipo num conjunto que já foi, ele mesmo, resultado de inúmeras escolhas. Gosto de todas as cartas inclusas no livro, é claro. Tenho um carinho especial pela carta da estudante a Juscelino – não por acaso, a primeira. A mais triste para mim é, sem dúvida, a que Olga Benário escreve do campo de concentração, na véspera de sua morte.

PB – Qual é a mais definitiva de todas para a nossa história? Ou nenhuma delas é “mais” do que as outras?

SR – Para a nossa história, com “h” maiúsculo, acho indiscutível que as duas versões da carta de suicídio de Getúlio Vargas levantam o caneco.

PB – Eu as li aos saltos e na ordem, do começo ao fim. Qual é a melhor maneira, em sua opinião? Ou não há maneira certa?

SR – O livro tem uma proposta lúdica que permite qualquer ordem de leitura. Quem o ler na ordem que eu proponho – e que não tem nada de linear –, encontrará algumas relações subterrâneas interessantes entre textos de origens e até de épocas diversas. Mas nada impede o leitor de estabelecer novas conexões por sua conta.



desconhecidos e outras de personagens históricos. Einstein fala de Rondon, e Rondon escreve aos irmãos Villas-Bôas. Todas, sem exceção, refletem seu tempo e seu mundo.

Há uma carta de uma menina ao *presidente bossa-nova*, Juscelino Kubitschek, perguntando sobre Brasília recém-criada. Há outra de Elis Regina ao filho recém-nascido; Lampião ameaçando o prefeito de uma cidade; e Mário de Andrade dando conselhos a Fernando Sabino. Aliás, como escreve Mário de Andrade...

Jorge Amado manda uma carta ao amigo português Saramago, enquanto um ministro de Estado esparrama elogios a Benito Mussolini, logo ele. Santos Dumont conta de sua decepção em relação a uma norte-americana em Paris e Paulo Leminski escreve a um amigo, poeta como ele. Carlos Drummond de Andrade escreve a João Cabral, e Vinicius de Moraes, a Chico Buarque.

Há de tudo: cartas de músicos, de poetas, de escritores, de arquitetos. Cartas de mulheres a homens, de homens a mulheres, de mulheres a mulheres e de homens a homens. Cartas de princesas a príncipes. Está lá a carta que Leopoldina mandou a Pedro pedindo que este tomasse uma atitude e declarasse a Independência. Pedro, ao que parece, leu a carta e obedeceu a mulher (e tempos depois, mandou uma carta à amante).

O volume inclui também nossa certidão de nascimento, a famosa, muito citada e quase nunca lida carta de Pero Vaz de Caminha a El Rey, Dom Manuel I. Treze páginas são dedicadas a transcrever o texto completo da carta (e mais duas reproduzem a carta original), escrita em português arcaico (hoje, à época, era moderníssimo), tratando da bela e vasta terra, dos homens que aqui viviam e de suas belas e moças mulheres. A carta é de um otimismo absoluto.

Mal sabia seu autor que ele nem veria seu Portugal amado – morreria na Índia alguns meses depois de escrever ao rei. E como os índios que aqui viviam não escreviam nem cartas nem nada, não há registro do que eles acharam daqueles sujeitos esquisitos e todos cobertos que chegaram em canoas gigantescas. Talvez, se houvesse alguma carta de um dos que viram a chegada, ela não seria tão otimista.

A escrita pelo suicida Getúlio Vargas é seminal. Aliás, as escritas, já que são duas as cartas-testamento – uma, datilografada e a outra, manuscrita. O final épico, “saio da vida para entrar na história”, está na datilografada, que por sua própria forma parece indicar com clareza que o suicídio foi mais do que pensado. Há outra carta de um suicida, escrita pelo austríaco Stefan Zweig, o autor de *Brasil, um país do futuro*. Ambas são tristes, muito tristes, mas não são o momento mais triste do livro. É a carta de Olga Benário, a comunista alemã casada com Luís Carlos Prestes, entregue grávida aos nazistas pela ditadura de Vargas, em 1942. Olga, que foi morta em um campo de concentração, escreveu à filha no dia antes de sua morte, em uma câmara de gás.

Juntas, essas 80 cartas são um bom retrato do Brasil e dos brasileiros, um daqueles livros de história de leitura obrigatória para quem quiser entender esta terra. E quem nela vive, viveu e viverá.

&



O MUNDO E QUEM NELE VIVE

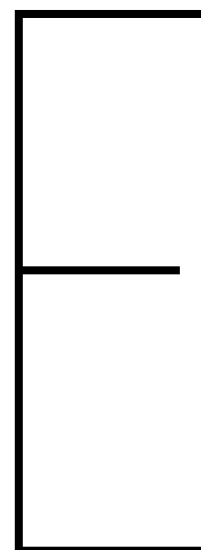
Cartas extraordinárias (Companhia das Letras, 2014) antecede em alguns anos o volume brasileiro, e é um pouco maior. Reúne 125 correspondências várias, escritas por personagens da história universal ou por pessoas comuns envolvidas em histórias extraordinárias. A coletânea de Shaun Usher é ambiciosa: vai de bilhetes suicidas a receitas de pãezinhos; de Iggy Pop a Leonardo da Vinci; de um piloto camicase a Dostoiévski; de Beethoven a Ghandi; de Nixon a Hitler. Junta cartas de amor, humor ou dor. Os destinatários incluem um editor de jornal que jura que Papai Noel existe, cientistas famosos não identificados e outros identificados (Einstein é um deles), presidentes da República e atores (Marlon Brando, por exemplo). Eisenhower recebe várias das missivas; Roosevelt é o destinatário de uma delas, escrita por Fidel Castro (que tinha 14 anos quando a enviou e queria US\$ 10 de presente). Aqui, como na coletânea brasileira, há reproduções, fotos e textos explicativos. Não se trata de mostrar o espírito de um povo ou de um lugar, mas do gênero humano, em um recorte muito particular. Um retrato extraordinário das gentes do mundo.

Fotos: Marco Antônio (esq.); Divulgação (dtr.); Daniel Ducci (abaixo)



NAS LACUNAS DO ESTADO

COM CORTES DRÁSTICOS NOS ORÇAMENTOS, ÁREAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E ESPORTE SOBREVIVEM GRAÇAS A INICIATIVAS DE ENTIDADES INDEPENDENTES. TRABALHOS CONSOLIDADOS COMO OS DO SESC ATENDEM PESSOAS QUE, EMBORA COM DIREITOS GARANTIDOS PELA CONSTITUIÇÃO, NA PRÁTICA, FICAM À MARGEM DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS.



Embora a Constituição Federal garanta aos cidadãos o direito ao bem-estar social, a lei acaba não sendo cumprida. Diante da queda de arrecadação nas três esferas de governo, houve reduções consideráveis nos orçamentos destinados a cultura, educação e esportes. De 2017 para 2018, os gastos definidos pela União para a área de educação diminuíram em R\$ 1,5 bilhão; o orçamento de cultura foi cortado em R\$ 400 milhões; e o da pasta de esportes caiu quase pela metade, passando de R\$ 960 milhões para R\$ 490 milhões.

Por outro lado, o repasse de recursos da União aos Estados e municípios aumentou em R\$ 7,5 bilhões de um ano para o outro. Ainda assim, 14 dos 26 Estados (mais o Distrito Federal) estão com as contas em déficit, sendo que 11 seguem gastando mais do que arrecadam, conforme levantamento feito pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) em 2017.

Na cidade de São Paulo, reconhecida como polo de artes e cultura, o orçamento municipal, de R\$ 56,2 bilhões, em 2018 vai destinar R\$ 478 milhões para a Secretaria Municipal de Cultura – queda de 8% em relação a 2017. No Rio de Janeiro, o cenário é ainda pior. A cultura receberá R\$ 173,1 milhões neste ano, contra os R\$ 214 milhões garantidos em 2017, queda de 19%.

UNIÃO ENTRE TERCEIRO SETOR E COMUNIDADE

A situação é dramática na Bahia. Desde 2014, a Prefeitura de Salvador vem diminuindo a ver-

ba para a pasta da cultura. Em 2018, alcançou o mais baixo orçamento, de R\$ 15,8 milhões, o equivalente a 0,22% do total do orçamento anual do município para o ano (R\$ 7,3 bilhões).

Nesse cenário de escassez de investimentos públicos, o terceiro setor toma a frente e atua para preencher lacunas deixadas pelo Estado em áreas fundamentais para o dito bem-estar da Constituição. Na capital baiana, o Centro Cultural Ensaio (CCE) reúne jovens atores e atrizes que ali aprimoram suas habilidades artísticas, trocam experiências e têm oportunidade de emprego. O grupo surgiu em 2009, da inquietude de artistas que se mobilizaram para obter um espaço no qual pudessem ensaiar e ter aulas gratuitas. A ideia ganhou corpo com a participação da comunidade.

Segundo o diretor-geral do CCE, Fábio S. Tavares, além da dificuldade histórica da falta de espaços públicos para trabalhar, existe a carência de visibilidade em veículos de comunicação de massa (jornais, revistas, grandes portais), para que possam promover os espetáculos independentes. “Ter um espaço não bastava, pois os artistas não são bons gestores de suas próprias carreiras, e era preciso criar um núcleo de apoio para organizar a gestão”, afirma. As mídias sociais tiveram papel fundamental na promoção do CCE e, hoje, são o ponto de contato com o público.

O CCE realiza festivais de teatro, bazares e exposições, além de oficinas gratuitas abertas à comunidade. “Alguns dos nossos cursos são profissionalizantes. Assim, conseguimos abastecer

o mercado de trabalho artístico com excelentes profissionais”, diz Tavares. O sucesso do centro cultural pode ser medido pelos expressivos números conquistados ao longo dos oito anos de vida, como média semanal de público de 500 pessoas, 17 grupos artísticos fixos atuantes e 197 espetáculos realizados desde 2009. A instituição é totalmente financiada por parcerias com faculdades, uma emissora de TV, estúdios e doações de pessoas e empresas.

FAVELA EM DEBATE

No Rio de Janeiro (RJ) o coletivo Observatório de Favelas, criado em 2002, dedica-se a diminuir as desigualdades socioeconômicas e raciais em universidades cariocas e debater a violência policial contra jovens de comunidades e favelas, por meio de pesquisas feitas em parceria com universidades, entidades e órgãos públicos. Também promove exposições de artes plásticas, sessões de cinema, shows, cursos e seminários de arte e cultura.

Graças aos estudos do Observatório, foi possível constatar que os jovens negros e de periferia enfrentam mais dificuldades de acesso aos cursos de Medicina, Direito, Comunicação e outros mais concorridos, em razão da baixa qualidade da educação básica que tiveram. As pesquisas geraram debates sobre as cotas raciais em universidades e colégios. Outro levantamento constatou que a violência letal dos policiais ceifava a vida de milhares de jovens pobres moradores de comunidades e favelas. O grupo, então, publicou o *Manual de redução de violência letal*, destinado a gestores públicos na área de segurança, oferecendo inclusive oficinas para gestores municipais de diversas cidades brasileiras interessados em políticas de prevenção à violência.

Segundo o diretor do Observatório de Favelas, Jorge Barbosa, a atuação é forte ainda na promoção das pluralidades cultural e artística gera-



das dentro das favelas e nas periferias. Um dos objetivos é “a troca de experiências inovadoras de convivência entre os moradores dos espaços populares e do município em seu conjunto”. Nas oficinas e nos cursos de gestão e produção cultural já foram formados 120 jovens de seis favelas (Rocinha, Cidade de Deus, Alemão, Complexo da Penha, Mangueiras e Maré). Cerca de 5 mil pessoas são atendidas por ano nas atividades.

BRASIL QUE DÁ CERTO

O Serviço Social do Comércio de São Paulo (Sesc-SP), criado em 1946, é uma das organizações mais simbólicas quando o assunto é cultura, arte, educação e lazer. A instituição mantida pelos comerciantes permanece em expansão e longe dos escândalos administrativos de corrupção que abalaram a credibilidade de muitas organizações no País.

No Estado de São Paulo, o Sesc mantém uma rede de 43 unidades (serão 44, com a inauguração de Guarulhos ainda em 2018). A entidade é reconhecida Brasil a fora por oferecer atividades culturais, de turismo social, programas de saúde e de educação ambiental, inclusão digital e programas especiais para crianças e terceira idade. A instituição emprega 7.321 funcionários e atende uma média de 450 mil pessoas, semanalmente.

Ao longo de sete décadas, o Sesc tem se consolidado por introduzir novos modelos de ação cultural e, desde a década de 1980, encara a educação como ferramenta para a transformação so-

cial. “A educação e a cultura andam lado a lado. Quem não tem educação básica não tem autonomia pessoal para pensar, agir e sentir. Então, no Sesc oferecemos autonomia para as pessoas viverem a cultura, o lazer e a educação”, aponta o diretor regional do Sesc-SP, Danilo Miranda.

Todas as unidades da capital e do interior têm salas de leitura, e 16 delas oferecem cerca de 80 mil livros para adultos e crianças, além de equipamentos para leitura destinados a pessoas com deficiência visual. “O impacto das ações do Sesc é sentida por quem tem menos acesso, como em áreas periféricas e cidades do interior que não contam com polos de cultura, arte e esportes”, afirma Miranda. Dentro dessa filosofia, algumas unidades se destacam em segmentos específicos. No campo de shows e espetáculos, há o Sesc Pinheiros, na zona oeste da capital, cujo auditório possui 1.010 lugares, o maior da rede. Em Santos, no litoral, fica o maior teatro, com capacidade para 772 pessoas. Em Itaquera, na zona leste de São Paulo, há parque aquático e solário, em uma área de 104 mil metros quadrados. Bertioga reúne 11 conjuntos de apartamentos e 50 casas, em uma área de 145 mil metros quadrados – a maior entre as unidades do Sesc. A unidade é pioneira em turismo para os associados à entidade.

TRANSFORMAR VIDAS

Além de opções de lazer, cultura e atividades educacionais, o Sesc também oferece serviços de saúde bucal em 29 unidades, com cerca de 130 consultórios odontológicos. Após a inauguração da unidade 24 de Maio, localizada no centro da cidade de São Paulo, duas novas especialidades passaram a ser oferecidas: ortodontia e implantodontia, destinadas aos pacientes que já estão em tratamento em qualquer clínica da entidade no Estado, a partir do encaminhamento dos profissionais da rede.

“Assim como a educação e a cultura, a saúde também faz parte dos pilares indispensáveis para o desenvolvimento de uma pessoa. Entendemos que a saúde bucal pode transformar vi-

das, atuando diretamente na autoestima e prevenindo uma série de doenças mais graves que começam na boca”, afirma Miranda.

Em Birigui, no interior de São Paulo, a estrutura local para cuidados com a saúde bucal é precária para uma população de 108 mil pessoas, segundo o Conselho Regional de Odontologia. Lá, o Sesc instalou três consultórios, com equipamento de raio-X periapical (radiografia que visualiza a anatomia do dente desde a coroa até ao término da raiz).

O ESTADO TEM JEITO?

“Muito se fala do Estado mínimo, porém, acredito que o governo deva garantir os direitos básicos da sociedade. Sem autoritarismo nem ‘obesidade’ institucional”, opina Miranda. Ainda de acordo com ele, entidades como o Sesc servem de exemplo para a gestão pública, mostrando que é possível administrar um orçamento com planejamento e transparência.

Mas falta ao gestor governamental o senso de interesse público. Muitas decisões políticas colocam em primeiro plano vantagens a grupos privados em detrimento do benefício à população. “Sempre digo que não importa se a iniciativa é pública ou privada, o importante é que seja de interesse público. O sucesso do Sesc se dá pela filosofia de interesse público que temos desde



Danilo Miranda, diretor regional do Sesc-SP

“O impacto das ações do Sesc é sentido por quem tem menos acesso, como em áreas periféricas e cidades do interior que não contam com polos de cultura, arte e esportes.”

DANILO MIRANDA, diretor regional do Sesc-SP

nossa fundação. Esse é o maior norte que podemos ter para garantir que as ações sejam bem utilizadas na sociedade”, afirma Miranda.

Ele ressalta que é essencial ainda que o gestor público entenda melhor as necessidades das pessoas para tomar decisões acertadas. “O pioneirismo do Sesc é o maior legado para o País, pois muitos dos programas que criamos aqui se tornaram referência para políticas públicas ou tendências de mercado”, conta. Destacam-se o Mesa São Paulo, programa que combate o desperdício de alimentos, destinando-os a pessoas carentes; o Centro de Férias Sesc em Bertioga, inaugurado em 1948 e pioneiro entre as entidades de classe a disponibilizar estrutura de lazer, antecedendo as colônias de férias dos sindicatos; ações de preservação arquitetônica de fábricas e prédios históricos, como a antiga fábrica projetada pela arquiteta italiana Lina Bo Bardi que abrigou o Sesc Pompeia, além da unidade 24 de Maio, localizada no mesmo edifício da extinta rede varejista Mesbla.

A disposição da sociedade em se mobilizar para reivindicar melhorias e investimentos em áreas carentes é também essencial, segundo os especialistas. “Cabe a nós [artistas] negociar com donos de casas e prédios abandonados para transformá-los em locais artisticamente habitáveis e, assim, chamar a população a contemplar

o espetáculo”, diz o diretor-geral do CCE, Fábio S. Tavares. Ele afirma que grupos de comunidades que fomentam a arte em seus bairros conseguem criar público fiel e formar mercado promissor.

Para o diretor do Observatório de Favelas, Jorge Barbosa, mais do que financiar a cultura, deve-se dar visibilidade às atividades que acontecem fora dos grandes centros. “A cultura contribui para uma sociedade reconhecer seu sentido de existir e, decisivamente, inventar as possibilidades do seu destino”, conclui.

Miranda vê com bons olhos o futuro o impacto da ação do terceiro setor. “Quem teve acesso a alguma instalação do Sesc, por exemplo, sempre irá cobrar dos governantes o mesmo tratamento nos aparelhos públicos. Ou seja, a evolução é um caminho sem volta, e as pessoas que têm acesso ao bem-estar social irão construir um país melhor.”

&

ELEIÇÕES, ECONOMIA E SOCIEDADE

O Brasil segue em turbulência sem conseguir se reerguer acima das paixões. O ano eleitoral influencia o ambiente de negócios, as incertezas da urna aumentam a especulação. Afinal, a cabeça do brasileiro é um crânio flutuante. A má política é destruidora de capital e estimula a antipatia da sociedade com a vida pública.

Alguns fatos contribuem para agravar o cenário pré-eleitoral. Primeiro: a entrada em vigor da “Lei de Ferro” dos partidos políticos. Foi feita para funcionar como uma cápsula de autofundação destinada a consolidar a não renovação de parlamentares da história do Congresso. A regra eleitoral engessou de tal maneira a eleição que haverá um verdadeiro uso ditatorial do fundo partidário e do tempo de televisão para salvar as grandes legendas do naufrágio. Não há espaço para novidades. Segundo: a forte pressão, acima das ideologias, sobre o Judiciário para blindar a elite política do País das investigações. Terceiro: a falta de um consenso ético nacional que unifique o pensamento da sociedade e condene, definitivamente, a corrupção como instrumento de ação política. Quarto: o movimento de caráter eleitoral dos visitantes de um único preso, que fingem querer ver crime político onde temos crime de político. E insistem em balançar a canoa em que navega o bom senso para afogar o princípio da igualdade de todos perante a lei.

Todos esses fatores mostram como ainda estamos atrasados em relação às transformações por que passa a sociedade. E contribuem para que a economia continue refém da política nos fazendo estacionar inviáveis diante do futuro.

Os modelos partidário e eleitoral se alimentam do modelo estatal conservador e aprisiona política, empresa e governo numa familiaridade desastrosa. Esse entrelaçamento é que produz a crise que impede que o Brasil se reinvente. A balança de poder que impôs ao País o capitalismo sem livre-concorrência e a tutela sobre a autono-

mia do sistema produtivo aumentou a euforia pelo controlado. A sociedade é tratada como imundeficiente, e muitos fecham os olhos para a má qualidade, a velocidade e a duração da crise que nos domina. As forças que se opõem à estabilidade econômica e a normalidade democrática continuam ativas. Saber que candidatos a presidente as representam é o maior desafio do eleitorado.

A estabilidade da moeda, a redução de juros e as retomadas do crescimento econômico e da geração de empregos não serão, infelizmente, o centro da preocupação eleitoral. O que vem empolgando o cidadão é a agenda criminal da política e o seu combate cinematográfico. Na operação Mãos Limpas na Itália, o Judiciário descobriu que grupos mafiosos controlavam a política e impunham seus interesses. Na Lava Jato, foram grupos políticos com comportamento criminoso que se destacavam, abrindo a vida pública para influências mafiosas. É por este caminho, da clara opinião sobre o papel da corrupção na desorganização da vida brasileira, que deverá passar o debate presidencial.

Por isso, o atual estado de espírito do Supremo de discutir e rediscutir a execução da pena após a condenação em segunda instância mostra o quanto o sistema jurídico do Brasil está desconectado dos sofrimentos da sociedade e das virtudes da boa economia. A Constituição não fala que ninguém será preso até o transitado em julgado; fala que ninguém será considerado culpado até terminar a sentença. E condenação duas vezes não é mais inocente.

Nossa Justiça precisa ser alertada para o impacto dos atos de corrupção e suborno na degradação do ambiente corporativo e no destino de nascer, crescer e sobreviver de qualquer negócio.

&



PAULO DELGADO

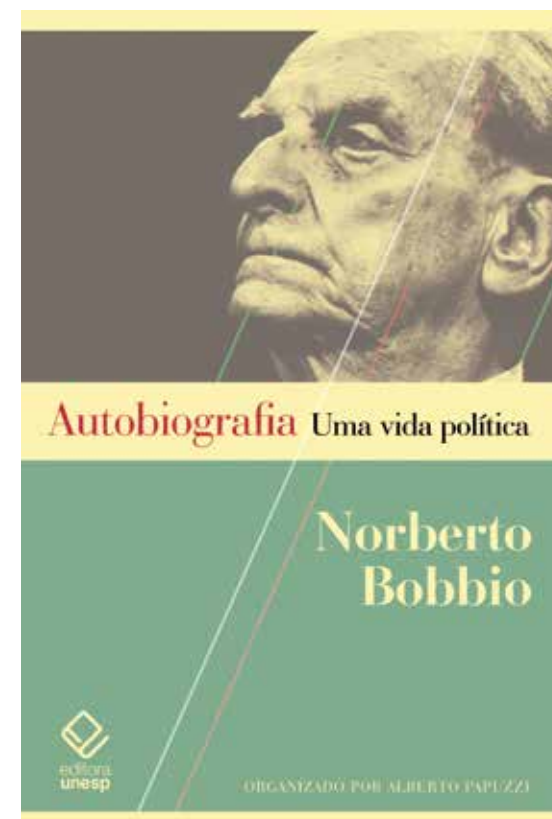
foi deputado constituinte; é copresidente do Conselho de Economia, Sociologia e política da FecomercioSP

B



texto MARCO CHIARETTI

Exatidão, Política, História e Direito



A história cultural da Itália é daquelas cheias desde sempre de intelectuais, pensadores, filósofos, escritores, enfim, seres humanos que vivem pela palavra e em torno dela. Poucos lugares do mundo elencam tantos (e tantas). Desses, há um nome que aparece em todas as antologias: o piemontês Norberto Bobbio, um dos maiores cientistas políticos em qualquer língua – e um dos maiores entre os maiores, quando de Filosofia do Direito se trata.

Bobbio nasceu em Turim, em 1909. Viveu sua adolescência e a entrada no mundo adulto no fascismo, naqueles 20 e poucos anos entre 1922 e 1943, nos quais Benito Mussolini mandou e desmandou. Viveu a guerra e a ocupação, a resistência contra o nazismo e a libertação. Viveu a democratização, “o retorno à liberdade” e todas as sucessivas crises políticas da segunda metade do século, em um país que, como manda a Constituição, “é uma República fundada no trabalho”, um país dividido (à época) entre uma esquerda comunista visceralmente ligada à União Soviética e um centro e uma direita ligados à Igreja e aos seus acólitos. Um país único e um pensador único, estudioso das vicissitudes italianas e dos problemas do mundo.

Nos oito capítulos desta *Autobiografia*, de subtítulo “Uma vida política”, Bobbio “racconta” todos seus mais de 90 anos de vida (morreu em 2004, no novo milênio). O autor de *Estudos sobre Hegel, Os intelectuais e o poder, Política e cultura e Jusnaturalismo e positivismo jurídico* foi, na vida e na obra, equilibrado e conciso, sutil e comprometido. Um intelectual no sentido mais completo – e mais exato – da palavra. Bobbio.

&



“OITENTONAS” DA CANÇÃO

texto JULIANO DIP | fotos CHRISTIAN PARENTE

“Quero morrer no palco dando o último agudo de ‘Babalu!’” A frase é de Angela Maria, que em mais de meia hora de entrevista repetiu quatro vezes que enquanto estiver viva quer estar no palco. “Babalu” não foi escolhida ao acaso, é a canção preferida de seu repertório tanto por ela quanto pelo público. A versão brasileira da música cubana de mesmo nome foi lançada por Angela há 60 anos e até hoje faz parte de seus shows. Mas se engana quem pensa que as apresentações da cantora se dedicam a sucessos antigos. Com 69 anos de carreira, Angela está em turnê com o repertório de seu mais recente álbum, *Angela Maria e as canções de Roberto & Erasmo*.

Totalmente ativa aos 88 anos de idade, a cantora participa de todas as etapas da produção dos álbuns e foi pessoalmente pedir a Roberto Carlos autorização para gravar suas canções. “Poxa, Angela, você grava o que você quiser, não tem problema, não”, repete, a cantora, a afirmação do rei.

Com o aval, Angela começou o processo de pesquisa. “Eu e o Thiago [Marques Luiz, produtor do disco] fomos ouvir todas as músicas dele, desde o começo, principalmente as que ele não canta mais, aquelas músicas bonitas, românticas, do princípio da carreira, e escolhemos dez.” Definido o repertório, era hora de fazer outro pedido, desta vez para Erasmo Carlos, parceiro de Roberto nas canções do disco. Erasmo não só confirmou a autorização dada pelo amigo, como gravou com Angela a canção “Sentado à beira do caminho”.

Desde o lançamento do álbum, no ano passado, Angela encara uma maratona de shows pelo

País. “Não há diferença nenhuma, porque eu sempre peguei estrada, de ônibus, de avião, de carro, e continuo.” Não é raro cruzar com outras estrelas contemporâneas a ela pelos palcos. Claudette Soares, de 80 anos, e Alaíde Costa, de 82, acabaram de tirar seus novos discos do forno e também estão em turnê.

QUANDO O ACASO VIRA CARREIRA

Além do talento, da idade e da falta de planos de parar, há outra particularidade comum a essas três cantoras: um produtor musical que apostou na turma que ainda tem muita voz para soltar. Com apenas 38 anos, Thiago Marques Luiz relançou nos últimos anos gente como Cauby Peixoto, Zezé Mota, Amelinha, Wanderléa, Maria Alcina e, é claro, Angela, Alaíde e Claudette. “Eu não gosto de dizer ‘artistas do passado’, porque eles estão mais no presente do que nunca”, afirma. Mergulhado na música brasileira desde criança, Marques monta repertórios com base em sua memória musical. “Eu sempre fui apaixonado por música brasileira, desde criança, minha Xuxa era a Clara Nunes”, conta.

Ele virou produtor por acaso e pelas mãos de Angela Maria. Em 2003, ainda como jornalista, foi entrevistar a cantora. “Ela ia fazer 50 anos de carreira, e fui assistir a um show dela e perguntei se ela não ia gravar um disco em comemoração. Para a minha surpresa, ela disse que estava esperando um convite. Eu, que nem era produtor, falei que arrumaria uma gravadora e produziria o disco”, lembra. Para a sorte do iniciante, Angela topou. “Eu tinha 23 anos de idade, não conhecia gravadora nenhuma, mas fui atrás.” Marques conseguiu a gravadora, e o disco saiu – para a alegria dele, de Angela e do público. Sobre a diferença de idade entre ele e seus artistas, diz: “A música faz a gente ter a mesma idade, ora eu tenho 80 e eles, 30; ora eles é que têm 30 e eu, 80, é uma mistura maluca que deu certo”.

“O Thiago é um guru para mim, porque a partir do nosso primeiro trabalho, que foi lindo, ele acreditou. Com a minha idade, eu estou conseguindo realizar coisas que eu não conseguia. Só a partir da terceira idade que a minha vida começou a ter outro sentido”. O testemunho é de Claudette Soares, que em setembro do ano passado lançou o álbum *Canção de amor*, o terceiro em parceria com Marques. “Esse disco nos deu uma proporção, abriu portas”, comemora a cantora. Neste ano, sairá a quarta parceria dos dois, o DVD já gravado do show que ela fez com Alaíde Costa em homenagem aos 60 anos da bossa-nova. Há ainda os discos *A dona da bossa; Claudette Soares e orquestra Tom Jobim ao vivo*; e *Claudette Soares e a bossa de Caymmi*. Thiago Marques também produziu os shows da cantora para divulgação dos álbuns, tudo em ritmo acelerado, como gosta Claudette. “Assim [*trabalhando*] eu não estou envelhecendo sem fazer nada, vivendo do passado – o que eu detesto. Eu não sou museu.”

PASSADO, PRESENTE E FUTURO

O passado serve só como referência. Foi nele que Claudette e seu produtor buscaram inspiração para o disco que está em produção. O novo álbum terá somente canções de Chico, Caetano e Gil, repetindo o trio de compositores do álbum que a cantora lançou há 50 anos, em 1968. “Nós vamos gravar novamente esse trabalho, mas não com as mesmas músicas e, se possível, cada um cantando uma música comigo”, descreve Claudette. Nos momentos de agenda livre, ela tem mais uma carta na manga: *O baile da Claudette*, show com convidados e um repertório que vai muito além da bossa e passa por Rita Lee e Jorge Ben Jor. Está bom? Está, mas tem mais. Claudette acaba de concluir uma turnê de shows com o jovem cantor Ayrton Montarroyos, um talento de apenas 22 anos de idade, apresentado a ela por Thiago Marques.

“Nos cem anos da Dalva [*de Oliveira*], Thiago me chamou para fazer um programa de TV às nove da manhã. Ninguém queria ir, mas eu e o Ayrton Montarroyos fomos. Você acredita que ficaram tão enlouquecidos que a Secretaria de Cultura do Rio nos contratou para 15 apresentações em teatros do Estado?”, comemora, com uma longa risada. “O show vai virar um especial do Canal Brasil, e a Biscoito Fino [*gravadora*] vai transformar em CD e DVD”, e lá vem mais risada. O riso constante na entrevista é de alegria. Aos 80 anos, Claudette fala de seu trabalho com a mesma empolgação

da garota que na década de 1960 deixou o Rio de Janeiro para trazer a bossa-nova para São Paulo. “Sabe qual a minha maior vingança? É estar viva para pode fazer tudo isso”, declara a cantora, arrematando com sua vibrante gargalhada.

Para acompanhar essa versatilidade toda, a cantora dispõe de quatro bandas diferentes. Uma vez na semana, ensaia com Ayrton e a banda do show em homenagem a Dalva de Oliveira; no outro dia, é a vez do grupo que faz *O baile da Claudette*; depois, vêm os músicos que a acompanham com Alaíde Costa; e, por fim, a banda do show de divulgação do novo disco, *Canção de amor*. “Cada um tem uma leitura diferente, e isso enriquece muito musicalmente. A pior coisa para um cantor é cantar 50 anos com a mesma pessoa, com todo o respeito. Esse é o grande segredo, porque cada um tem uma levada, uma harmonia”, conclui. Em todos esses shows, Claudette sobe aos palcos calçando enormes saltos, “agora, ainda maiores,



porque, com a idade, a gente diminui, então o salto aumenta”. “São dezoito [*centímetros*], plataforma, o que você pensa? Eu sou uma travesti mirim! Eu costumo dizer que se tivesse um metro e oitenta eu seria insuportável.”

A DAMA DA CANÇÃO

O primeiro DVD da carreira de Alaíde Costa também é obra do jovem que virou produtor por acaso. O álbum *A dama da canção* nasceu em grande estilo, virou DVD e foi transmitido em canal de TV por assinatura, em um especial do Canal Brasil. Alaíde também estreou esse ano um show só com músicas de Chico Buarque e Edu Lobo, e os convites para apresentações não param. Apesar do grande volume de trabalho, a cantora afirma que ainda há muito espaço para o seu talento. “Acho incrível porque o momento que eu mais gosto é o palco. É uma faca de dois gumes, porque você não sabe o que vai acontecer, mas é um momento muito especial.” Alaíde pegou gosto pelas câmeras durante os shows no palco, e seu trabalho mais recente se encaminha para o mesmo rumo. “Eu gostaria de transformar esse show em DVD, que às vezes é mais fácil que CD, porque este depende de gravadora.”

Além do DVD *A dama da canção*, Alaíde já lançou outros dois discos sob a produção de Thiago Marques, um cantando Jhonny Alf e outro com músicas de Milton Nascimento (*Bituca* é seu parceiro de longa data). Ela foi a única mulher a cantar no disco clássico de Milton e Lô Borges, *Clube da Esquina*, de 1972. “O *Clube da Esquina* é uma coisa muito especial para mim, que me trouxe de volta ao disco, porque, na época, eu já estava há muitos anos sem gravar”, lembra. Dessa participação, assinou com a Odeon e voltou a lançar um disco só seu no ano seguinte, em 1973.

Os anos passaram, mas a voz de Alaíde continua a mesma: suave, quase um sussurro, perfeita, como exigia a bossa-nova. O segredo? Ela até contaria, se soubesse. “Semana passada eu ouvi

alguém dizer que minha voz continua jovem apesar da minha idade, mas eu não faço nada em especial, é tudo natural mesmo, é um dom que Deus me deu.” Apesar do talento, a cantora jura conservar a mesma insegurança dos tempos do rádio. “Eu fico um pouco tensa no começo, porque eu sou uma pessoa tímida, mas, aos poucos, vou me soltando. É bom porque você entra com mais responsabilidade em cena.” Para ela, manter a carreira ativa não é só um ato de paixão, mas também de resistência. “O preconceito existe, está na cara, porque se eu fosse uma cantora branca eu estaria muito bem de vida. Não tem nenhuma outra negra que cante o que eu canto, quando eu comecei em programas de calouros, ganhava nota máxima em tudo, mas a chance de me tornar profissional demorou anos.” Nada disso desanima a dama da canção – assim como Angela e Claudette, ela só pensa em cantar. “Eu nunca pensei em parar, porque é a única coisa que eu fiz a vida toda. Eu vivo da música, não passo parar.” Ainda bem!

&



POLÍTICA NAS RUAS

texto FILIPE LOPES



Fotoarena/Folhapress

País em protesto: vista da Avenida Paulista invadida com multidão de manifestantes, durante protesto contra o aumento da tarifa de ônibus, em São Paulo (SP)

E

Era junho de 2013 quando centenas de cidades brasileiras foram tomadas por manifestantes que bradavam contra a baixa qualidade dos serviços públicos. Com reivindicações difusas, os protestos tiveram início em São Paulo com uma mobilização via redes sociais – algo inédito no Brasil até então. O motivo inicial era contestar o aumento da passagem do transporte público na capital paulista.

Após forte repressão policial em 13 de junho, grupos de perfis variados se avolumaram nas ruas paulistas com reclamações relacionadas a corrupção, violência e gastos públicos despendidos para a realização da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016. O ápice das manifestações ocorreu em 20 de junho, quando os 26 Estados e o Distrito Federal registraram protestos.

Os eventos foram o estopim para despertar o interesse do cidadão comum sobre a agenda nacional. Desde então, avolumaram-se movimentos e iniciativas voltadas a causas sociais, econômicas, de gênero e ideológicas. A consequência foi um nítido rompimento entre a sociedade e os partidos políticos e a descrença do brasileiro em relação ao funcionamento do sistema político.

UM BOM DEBATE PODE REFORÇAR OS SEUS ARGUMENTOS DE VENDA.

A **Problemas Brasileiros** é uma revista com projeto editorial moderno que lança um olhar diferenciado e aprofundado sobre política, economia, educação, saúde, sociedade, meio ambiente, cultura, história e inovação, além de reunir entrevistas com acadêmicos, empreendedores e especialistas de diversas áreas. São 15,5 mil exemplares bimestrais que impactam empresários, formadores de opinião, comunicadores, educadores e estudantes que valorizam o debate de questões essenciais para o País. Ou seja, um público altamente qualificado para você falar sobre o seu produto.



ANUNCIE!

FALE COM A LEMÍDIA

TEL.: (11) 3078.5840

ATENDIMENTO@LEMIDIA.COM

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

FERNANDO DE MELO
Aluno do Senac
São Paulo



SENAC. PARA VOCÊ PODER MAIS.

**CURSOS PRESENCIAIS
E A DISTÂNCIA EM DIVERSAS ÁREAS.**

- Livres
- Técnicos
- Graduação
- Pós-graduação

Conheça nossa política de bolsas em
www.sp.senac.br/cursosgratuitos

APRENDIZADO E CONHECIMENTO PARA SEMPRE.



Desconto não cumulativo com outros descontos/benefícios. Sua aplicação não é válida para cursos da educação a distância, do ensino superior, do Atendimento Corporativo, eventos e produtos da Editora Senac São Paulo. Nesses casos, os benefícios obedecem à Política Senac de Descontos Institucionais.